

unidade



A República e as mobilizações sociais



Observe as imagens que iniciam esta unidade. Todas se relacionam à história da República no Brasil e mostram ações políticas – não aquelas desempenhadas pelos político –, mas as movimentações de setores da população brasileira em prol dos seus direitos. Mobilizar-se e lutar por seus direitos é contribuir para a construção e a consolidação da cidadania. É fazer política.

Nesta unidade, será estudado o processo pelo qual a República foi instituída no Brasil e o nascimento e desenvolvimento das lutas pela cidadania, no campo e na cidade, entre mulheres, negros, trabalhadores das indústrias, camponeses e estudantes. Você também irá perceber que, embora a palavra “república” originalmente signifique “coisa pública”, no Brasil, o regime republicano, em vários períodos, excluiu o povo das decisões políticas. Mas verá, também, que essa situação não foi aceita passivamente.



Fotos: Local de Custódia Não-Identificado. FERNANDES, Otoniel. Camudos; Fundação Oswaldo Cruz / Fotógrafo Desconhecido. Leônidas. Charge. 1904. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. Acervo Iconographia; Folhapress/Folha Imagem/Adalberto Diniz; Folhapress/Folha Imagem/Paulo Giandalla

DA CRISE DA MONARQUIA À INSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

A partir de 1870, a política conciliadora de D. Pedro II entrou em um processo de crise. Dentre os vários fatores que contribuíram para isso, destacam-se a criação do Partido Republicano, em 1870, fundado por cafeicultores paulistas, e os desentendimentos entre o rei e membros do Alto Clero e do alto escalão do Exército.

O movimento republicano, inicialmente restrito a São Paulo, se expandiu para outras capitais e cidades brasileiras, tornando-se uma tendência crescente.

Esse movimento só encontrou simpatizantes porque outros setores da sociedade estavam descontentes com o governo imperial, entre eles, senhores de escravizados (que se sentiram prejudicados com a abolição promulgada em 1888) e setores urbanos, como profissionais liberais, que não se sentiam representados pelo governo de D. Pedro II.

Entre os fatores que culminaram na crise do Estado Imperial, estão os desentendimentos entre o governo e altos oficiais do exército, que saiu fortalecido com a vitória na Guerra do Paraguai e exigia maior participação política (a chamada Questão Militar). A não aceitação de parte do Alto Clero católico da submissão da Igreja ao Estado, vigente desde a Constituição de 1824, ocasionaria outra crise: a chamada Questão Religiosa.

•• O movimento republicano

Ao longo da década de 1870, o ideal republicano foi ganhando adeptos entre membros do Exército, insatisfeitos com o modo pelo qual o Imperador vinha tratando a Instituição. Também nessa década, partidos republicanos começaram a surgir



Na caricatura de Ângelo Agostini, D. Pedro II cochila tendo em seu colo um jornal chamado *O Paiz*. Embaixo do desenho, se lê: *O rei, nosso senhor e amo, dorme o sono da... indiferença. Os jornais que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em SM [sua majestade] o efeito de um narcótico. Bem aventurado senhor! Para vós o reino do céu é para o nosso povo... o do inferno!*

AGOSTINI, Ângelo. *El Rey, nosso senhor e amo*. 1887, charge. Revista Ilustrada, ano 12, nº 450, Rio de Janeiro, (LON).

nas províncias do Império; o mais significativo e atuante foi o Partido Republicano Paulista (PRP), composto, sobretudo, por representantes da elite cafeeira. Duas tendências foram, lentamente, se afirmando entre esses partidos:

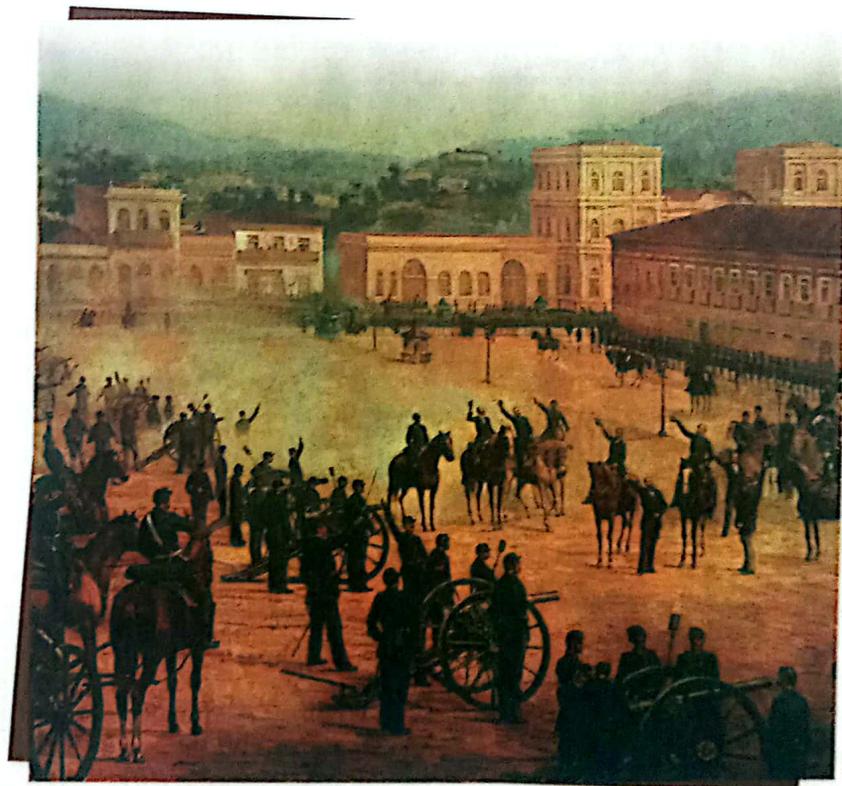
Revolucionária: pleiteava a chegada ao poder por meio de uma revolução popular. Entre seus principais líderes, estava Silva Jardim.

Evolucionista: acreditavam que o Partido Republicano deveria chegar ao poder por meio de eleições. O principal líder era Quintino Bocaiuva.

A pressão pelo fim do Império foi ganhando espaço nos principais centros urbanos, e, a essa altura, os republicanos mais radicais já alardeavam a tomada do poder por meio de uma revolução popular. Temerosa quanto aos rumos que o movimento poderia tomar se fosse conduzido pelo povo, a elite cafeeira associou-se aos setores do exército que também queriam o fim do Império, entre eles, o Marechal Deodoro da Fonseca, que assumiu a função de líder do movimento.

Boatos sobre a suposta prisão de Deodoro e de Benjamin Constant (outro importante expoente republicano) serviram de pretexto para a deflagração de um levante militar que teve a cidade do Rio de Janeiro como centro, em 14 de novembro de 1889.

No dia seguinte, lideranças militares marcharam pela capital anunciando a Proclamação da República. No entanto, para muitas pessoas, aquela movimentação parecia uma parada militar, pois o movimento não partiu da iniciativa popular, e sim de representantes políticos de determinados interesses e setores da população. D. Pedro II foi avisado de que a monarquia caíra e sua família devia se retirar do Brasil.



Nessa obra de Benedito Calixto, o Marechal Deodoro é saudado após proclamar a República. Segundo um republicano da época, Aristides Lobo, o "povo assistiu a tudo bestializado", isto é, surpreso. O golpe que pôs fim ao Império e instituiu o novo regime não teve a conotação de uma revolução popular, como planejavam os republicanos revolucionários

CALIXTO, Benedito. **Proclamação da República**. 1893. Óleo sobre tela. 123,5 cm x 198 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

A transição de um governo monárquico para o regime republicano foi, como visto, realizada por setores da sociedade que não envolviam as camadas populares. A legitimidade do novo regime, então, foi “construída”, como você vê a seguir:

Mas a maré de mudanças não se restringiu aos nomes e formalidades. [...] Era preciso reescrever a história do país, criar uma nova memória, que encontrasse agora motivos republicanos. [...]

Outros símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, seriam [...] rapidamente modificados. O hino conservou a melodia imperial, a bandeira manteve as cores dos Bragança e Habsburgo, mudando-se, porém, a explicação das mesmas. [...] Além disso, enquanto o indígena foi o símbolo dileto durante o Império – para a exaltação e para a crítica –, a partir da República é a representação da mulher heroica, numa evidente alusão à alegoria francesa, que ganha a cena. Nos anúncios de produtos, nas imagens oficiais e até na pena crítica das revistas ilustradas é agora a figura feminina que representa a República. Aí estava, sem dúvida, uma seleção um pouco artificial em um ambiente em que as mulheres mal e mal eram vistas na paisagem pública. Para as senhoras da elite era reservado o primado dos salões e dos bailes, ou o famoso “reinado do lar”. O mundo da política e da participação era ainda um privilégio bem guardado dos “cavalheiros”.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 472-475.

A primeira fase da República brasileira é também conhecida como República dos Marechais ou República da Espada, pois, nos seis primeiros anos do regime, o poder esteve nas mãos do Exército. Embasados pelos ideais do positivismo, teoria de origem francesa, defendiam um governo republicano forte, centralizado e concentrado na figura do governante, pois só assim, segundo acreditavam, o país atingiria o progresso técnico e científico que o tornaria uma potência econômica. Eram partidários do lema positivista de que só a ordem traria o progresso, lema, aliás, que até hoje estampa o centro da bandeira do Brasil.

A constituição republicana e a exclusão da maioria

A Proclamação da República trouxe a necessidade de uma nova constituição. Com esse propósito, reuniu-se uma Assembleia Nacional Constituinte e, em 1891,

foi promulgada a primeira constituição republicana do Brasil. Essa constituição estabelecia o Estado laico, ou seja, a separação entre Igreja e Estado. Instituiu também o voto para maiores de 21 anos, independentemente de renda, no entanto, isso não significou a extensão da participação política para a maioria da população, conforme mostra o trecho a seguir.

TEXTO E CONTEXTO

[...]

Art 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º – Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º – São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. [...].

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 30 abr. 2007.

1. Pesquise: Quais diferenças você percebe entre a Constituição de 1891 e a atual, de 1988?

A crise do encilhamento

Com o fim da escravidão, os fazendeiros escravistas se sentiram prejudicados (pois perdiam suas “mercadorias”), e reclamavam junto ao novo governo o repasse de verbas para amenizar suas dívidas e pagar seus trabalhadores.

Na tentativa de acalmar os ânimos dos produtores e incentivar o desenvolvimento industrial do país, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, instituiu o aumento de 75% da emissão do papel-moeda vigente e autorizou a liberação de empréstimos para grandes produtores rurais e empresários que se comprometessem a abrir indústrias.

No entanto, com tanto dinheiro circulando, houve quem preferisse investi-lo em ações da **Bolsa de Valores**. Fazendeiros e industriais acabaram se endividando e o resultado foi uma grave crise econômica seguida de inflação de mais de 300%, conhecida como **crise do encilhamento**.

Essa crise tornou o mandato de Deodoro (eleito presidente pela Assembleia) ainda mais indesejável entre a elite cafeeira. Em virtude de desentendimentos com o Parlamento, o presidente decretou **estado de sítio** e dissolveu o Congresso. Parlamentares ligados aos cafeicultores paulistas redigiram um manifesto de protesto e Deodoro foi obrigado a renunciar em 1891. Seu vice, Marechal Floriano Peixoto, assumiu o poder, terminando seu mandato em 1894.

GLOSSÁRIO

Crise do encilhamento: o barulho e a agitação dos especuladores que apostavam títulos na Bolsa de Valores se assemelhava ao barulho característico do encilhamento de cavalos de corrida, daí o nome da crise.

Bolsa de Valores: instituição financeira em que são vendidas e compradas cotas (ações) de empresas. As ações são movimentadas por corretoras mediante títulos que equivalem às cotas.

Estado de Sítio: estado de exceção em que são suspensos os direitos dos cidadãos e o Poder Executivo governa com plenos poderes, submetendo o Judiciário e o Legislativo.

Sob o curto mandato de Floriano Peixoto eclodiu a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, episódio em que almirantes da Marinha rebelaram-se contra o governo e mantiveram a capital, o Rio de Janeiro, sob a mira de canhões e bombardeios por vários dias.

Floriano enfrentou também a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, além do início do movimento de Canudos, no Sertão Nordestino. A dura repressão a esses movimentos valeu ao presidente o título de Marechal de Ferro. Em 1894, com a eleição do primeiro presidente civil, o paulista Prudente de Moraes, começava um novo período da história política do Brasil: a chamada República do café com leite.

A REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE E OS MOVIMENTOS NO CAMPO E NA CIDADE

capítulo

20

Com Prudente de Moraes teve início um pacto político que caracterizou a chamada República Velha no Brasil (1894-1930): a Política dos Governadores, um acordo entre líderes políticos regionais que representavam o interesse de grandes proprietários rurais (os coronéis) e o governo federal.

O governo federal apoiava essas lideranças locais (**oligarquias**) e, em troca, elas ajudavam a eleger deputados e senadores que concordassem com as decisões do Presidente da República.

GLOSSÁRIO

Oligarquia: palavra de origem grega que significa "governo de poucos".

Crie uma legenda para a charge, explicando por que essa fase da história política do país é também chamada de "café com leite".



STORNI. Charge. Careta. Rio de Janeiro, 1925. (LCN/).

PARA SABER MAIS!

O voto de cabresto

Na época, grande parte da população brasileira vivia na região rural e à mercê do mandonismo dos coronéis, que se valiam de toda espécie de artifício – de favores à violência armada – para garantir que os eleitores do seu **curral eleitoral** (isto é, sua área de influência política) votassem nos seus candidatos (prática que, como você estudou, já acontecia no país, agora sob o nome de voto de cabresto).



STORNI. Careta. Rio de Janeiro, 1927. (LCNI).

O eleitor é conduzido pelo cabresto pelo político para comparecer à urna. A mulher representa a República. Note a ironia utilizada na charge, que traz o eleitor como "Zé Burro"

Caso algum candidato de oposição conseguisse se eleger, dificilmente seria empossado, pois poderia ser impedido pelo Congresso Nacional. Na época, não existia a Justiça Eleitoral, quem decidia sobre a posse dos candidatos eleitos eram os deputados já existentes, de maioria governista. Caso algum candidato da oposição conseguisse se eleger, poderia ser impugnado pelo Congresso. Esse processo era comumente chamado de "degola".

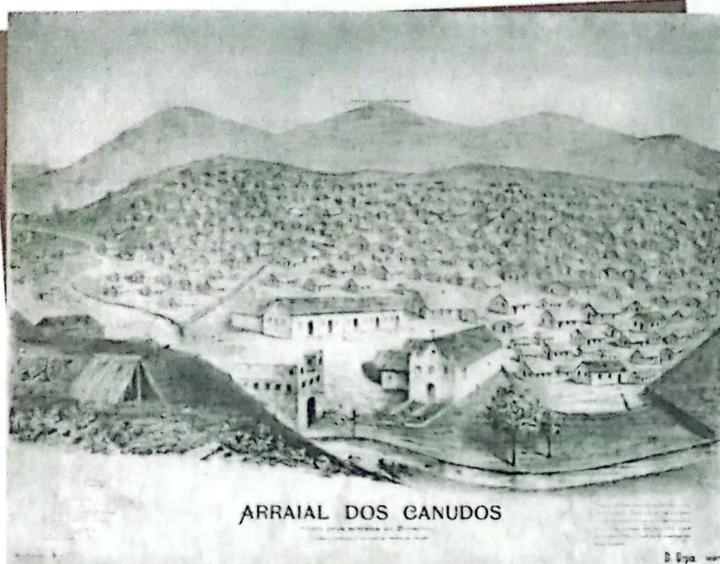
• Os movimentos sociais rurais

Em 1900, a população brasileira era de 17 318 556 habitantes, dos quais, 64% viviam no campo. Foi justamente dessa população esquecida pelas autoridades que surgiram alguns dos movimentos populares mais expressivos, que ajudaram a escrever a história da luta das camadas populares pelos seus direitos e abriram caminho para o desenvolvimento da cidadania.

Canudos (Bahia – 1893-1897)

Anunciando a proximidade do juízo final e condenando a República por explorar os sertanejos com a excessiva cobrança de impostos, o beato Antônio Conselheiro atraiu multidões de sertanejos pobres, que deixavam tudo para seguir seus ensinamentos. O beato anunciava a volta gloriosa de D. Sebastião (rei português que morreu muito jovem, em 1578, após combater os mouros) e citava trechos do livro do Apocalipse para enfatizar que o fim do mundo estava próximo e só os escolhidos se salvariam.

Em 1893, eles já eram milhares e haviam fundado uma comunidade religiosa chamada Belo Monte, na antiga região de Canudos, no Sertão da Bahia. A congregação religiosa que administrava a comunidade aboliu a propriedade privada e instituiu que seus moradores não pagariam impostos ao governo.



D. URPIA. Arraial de Canudos. 1897. 1 litografia p & b. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

O Beato Antônio Conselheiro, líder da comunidade religiosa de Belo Monte

Logo os sertanejos chamaram a atenção de lideranças locais que exigiram providências do governo central. Em 1896, uma tropa com 600 homens e outra

com 1500 fortemente armados foram derrotadas por sertanejos armados com paus e pedras. Um novo contingente foi formado em 1897, com 6 000 homens armados e preparados. A guerra foi violenta: Canudos foi destruída, milhares de sertanejos foram mortos e outros tantos foram presos.

Contestado (Paraná/Santa Catarina – 1912/1916)

No Sul do Brasil, entre Santa Catarina e Paraná, havia um território reivindicado pelos dois estados, região conhecida como Contestado. Entre 1907 e 1910, teve início a construção, da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que passava pela região.

Camponeses habitavam essa área antes da construção da ferrovia. Durante a construção, foi requisitada mão de obra de trabalhadores rurais, muitos deles vindos de longe. Com a conclusão do trabalho, eles permaneceram na região, sendo perseguidos por jagunços e milícias estaduais, pois estavam ocupando terras disputadas pelos dois estados e por coronéis locais.

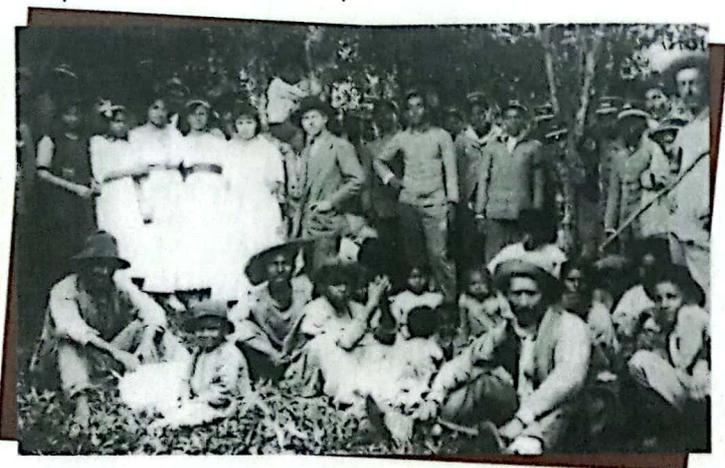
Segundo acreditavam os camponeses, pela região haviam passado dois monges que se intitulavam João Maria. O primeiro, por volta de 1840, durante a Revolução Farroupilha e o segundo, na época da Revolução Federalista, em 1893. Por volta de 1910, um terceiro monge, que dizia se chamar José Maria e que afirmava ser a reencarnação de João Maria, passou pela região e ajudou a comunidade a organizar a resistência às milícias estaduais. Organizou a comunidade em quadros santos, aos moldes do Império de Carlos Magno, rei cristão que viveu na França entre os séculos VIII e IX.



ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas histórico básico**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 45. Adaptação.

Motivados pela leitura de contos da cavalaria e de trechos do Apocalipse, relatados por José Maria, os camponeses do Contestado acreditavam estar vivendo o final dos tempos e encararam a guerra contra os milicianos como uma guerra santa. José Maria foi morto logo nos primeiros combates, nos Campos de Irani, em 1911, pelas tropas comandadas por João Gualberto.

Museu Paranaense/Fotógrafo Desconhecido



Caboclos da região do Contestado presos pelas tropas do exército, em 1915. Entre os prisioneiros, há inúmeras crianças e mulheres

Os caboclos acreditavam na ressurreição de José Maria e continuaram a resistência, mudando de acampamento várias vezes. Em 1915, depois de vários confrontos, foram rendidos. Estudiosos calculam que pelo menos 20 mil pessoas, na maioria sertanejos, morreram durante os quatro anos da Guerra do Contestado.

1. Tanto o movimento de Canudos quanto o do Contestado são denominados movimentos messiânicos. Pesquise o significado do termo “messiânico” e explique por que essa denominação se aplica aos dois casos.

2. Que outras semelhanças você percebe entre os movimentos de Canudos e Contestado?

3. Segundo a tradição popular, os monges que se afirmavam João Maria, ou sua reencarnação, sempre apareciam em tempos de guerra e de grande dificuldade para a população camponesa. Que relação se pode estabelecer entre esses eventos, o aparecimento dos monges e as guerras?

O Cangaceiro

Cangaceiros, assim eram chamados os bandos armados formados por ex-jagunços que perambulavam pelo Sertão Nordestino desde fins do século XVIII. A partir do fim do século XIX, época de grave seca que assolou regiões do Nordeste, seguida de uma crise econômica, esses grupos aumentaram



Lampião, Maria Bonita e outros cangaceiros do bando. A moça de origem rica largou o conforto para levar uma vida errante

BOTTO, Benjamin Abrahão. **Lampião e Maria Bonita**. [ca. 1936-1937]. 1 fotografia, p. 8 b. (LCN).

em número. Viviam de praticar crimes: assaltos contra ricos fazendeiros, cobranças de dívidas e assassinatos por encomenda e sequestro. Por vezes, tinham o hábito de distribuir parte dos saques entre os pobres, mas também disseminavam o terror e o medo entre os sertanejos.

GLOSSÁRIO

Cangaceiro: a expressão vinha da forma pela qual os bandoleiros carregavam seus rifles: sobre os ombros, como se fosse uma canga de boi.

O bando mais famoso foi o de Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Nos anos de 1930, Lampião e seus companheiros se transformaram nos homens mais procurados do Nordeste; o governo da Bahia ofereceu recompensas pela sua captura.

Vítimas de uma emboscada, Lampião, sua companheira Maria Bonita e outros nove membros do bando foram mortos numa gruta na fazenda de Angico, em Sergipe. Suas cabeças foram decapitadas e expostas como troféu pelas tropas da região. As histórias sobre Lampião permanecem vivas até hoje no imaginário popular e na literatura de cordel.

PARA ASSISTIR

GUERRA DE CANUDOS

Gênero: Drama

Duração: 165 min

Ano de lançamento: 1997

Direção: Sérgio Rezende

País: Brasil

Sinopse: O filme recria a história de Antônio Conselheiro e dos sertanejos que viveram com ele na comunidade de Belo Monte, desafiando o governo central.

LAMPIÃO, O REI DO CANGAÇO

Gênero: Aventura

Duração: 100 min

Ano de lançamento: 1964

Direção: Carlos Coimbra

País: Brasil

Sinopse: O filme conta os últimos dias de Virgulino Ferreira da Silva e sua companheira, Maria Bonita.



• Os movimentos urbanos

A Revolta da Vacina

O presidente Rodrigues Alves, eleito em 1902, tinha como uma de suas metas remodelar a cidade do Rio de Janeiro. Para isso contava com o apoio do prefeito Francisco Pereira Passos, que pensava em instituir reformas urbanas, ampliando ruas e avenidas no Rio de Janeiro.

O projeto tinha função política e sanitária. Na época, a capital federal era assolada por doenças como a varíola, a cólera e a febre amarela, especialmente no verão que, segundo estudos científicos da época, se disseminavam por meio de fluidos contaminados presentes no ar, os chamados miasmas. Para se combater as doenças, engenheiros e sanitaristas defendiam a necessidade de melhorar a circulação do ar.

Começaram então uma série de demolições de prédios e cortiços, que puseram na rua inúmeros moradores pobres do centro da cidade, que, sem ter para onde ir, abrigaram-se em morros próximos. Na mesma época, em 1904, o jovem médico Oswaldo Cruz recebeu de Rodrigues Alves a tarefa de colocar em prática a Lei de Vacinação Obrigatória, votada pelo Congresso, a fim de erradicar as doenças epidêmicas.

Oswaldo Cruz deu início a uma verdadeira guerra: brigadas mata-mosquitos invadiam as casas para eliminar todo foco de contaminação e agentes de saúde vinham em seguida para vacinar as pessoas, na maioria, trabalhadores que viviam em condições precárias de habitação e higiene. Muitos se recusaram, e a prefeitura se valeu da força policial. Teve início então uma revolta organizada, realizada pela população e apoiada pela oposição ao prefeito Pereira Passos. Era a Revolta da Vacina.



Av. Central, no Rio de Janeiro, em 1910

FERREZ, Marc. Rio de Janeiro. Av. Central. fot.: p & b

No final de 1904, os revoltosos derrubaram bondes, fizeram barricadas, atiraram pedras e paus contra policiais e agentes de saúde. A revolta tomou rumos próprios e só foi contida mediante uma forte repressão policial. O resultado: 30 mortos, mais de 100 feridos, alguns deportados e cerca de 1 000 detidos (quase 500 deles foram mandados para o Acre).



Caricatura sobre a Vacina Obrigatória, publicada na *Revista da Semana*, em outubro de 1904

TEXTO E CONTEXTO

A Revolta popular desencadeada pela tentativa de o governo impor a vacinação trouxe algumas lições importantes para as autoridades governamentais. Mostrou que o povo precisa ser consultado sobre as medidas tomadas pelo governo. Que antes de impor decisões, é preciso ouvir a opinião da população e as sugestões que as pessoas têm a dar sobre a melhor maneira de resolver seus problemas. [...] A partir de então, os políticos e os médicos sanitaristas procuraram outras formas para tratar a saúde pública.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BERTOLLI FILHO, Claudio. **Revolta da vacina**. São Paulo: Ática, 1995. p. 37. (Guerras e Revoluções Brasileiras).

TEXTO E VIVÊNCIA

Ainda hoje, grandes centros urbanos do país sofrem com a disseminação de epidemias, entre elas, a dengue. Pesquise sobre essa doença (pode ser outra, como a gripe H1N1 ou alguma específica de sua região) e elabore um cartaz de conscientização sobre ela. Aponte as principais causas da disseminação dessa doença, os sintomas e as formas de prevenção. Espalhe o cartaz pela escola, a fim de conscientizar a comunidade escolar.

A Revolta da Chibata

No dia 22 de novembro de 1910, poderosos encouraçados amanheceram com seus canhões apontados para a cidade do Rio de Janeiro. Duas outras embarcações também lançavam tiros de canhão contra a cidade. Era a Revolta da Chibata, protagonizada por marinheiros, na maioria negros e mulatos e liderada por João Cândido Felisberto (o Almirante Negro). Os marinheiros envolvidos assassinaram seis oficiais, entre eles, o comandante de Minas Gerais.

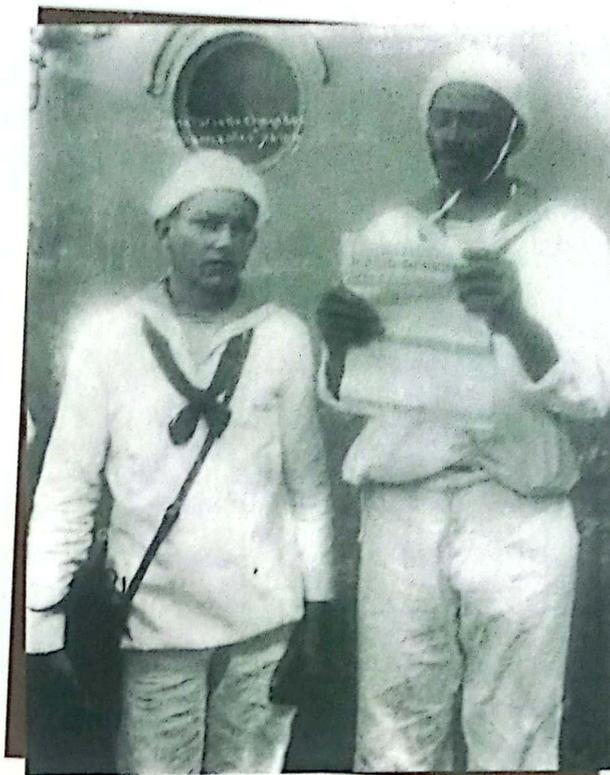
Essa foi uma das estratégias encontradas por eles para chamar a atenção para suas reivindicações: salários mais justos, melhores condições de trabalho e o fim do sistema de punições conhecido como chibata. Muitos dos marinheiros eram recrutados entre as camadas mais pobres e humildes da população (negros ou mulatos), enquanto a oficialidade era majoritariamente branca. A associação entre a chibata e a escravidão foi inevitável.

Quatro dias depois de iniciada a revolta, o presidente Hermes da Fonseca propôs o fim do movimento, com a anistia aos marinheiros que se entregassem e o fim dos castigos físicos. Os amotinados se entregaram, mas pouco tempo depois, muitos foram expulsos da marinha, outros foram submetidos a prisões desumanas e mais de 100 foram desterrados para a Amazônia, obrigados a realizar trabalhos forçados, alguns foram fuzilados pelo caminho.

A greve geral de 1917

As primeiras indústrias começaram a surgir nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e o início do século XX. Seus operários eram majoritariamente imigrantes europeus (portugueses, espanhóis e italianos, principalmente) que, recém-chegados ao Brasil, tinham mais experiência com máquinas do que os trabalhadores nacionais.

Independentemente da nacionalidade, os trabalhadores sofriam com as duras condições de trabalho: jornadas diárias que chegavam a mais de 16 horas, baixos



João Cândido, à direita, líder dos reclamantes da Revolta da Chibata, tendo ao lado o secretário do movimento. O líder lê a lista de reivindicações dos marinheiros revoltosos, cansados das punições injustas e dos baixos salários

salários e quase nenhuma lei que os amparasse contra os abusos cometidos pelos patrões. Não havia regulamentação para o trabalho de menores, e as mulheres chegavam a ganhar até 50% menos do que os homens, desempenhando os mesmos trabalhos. Diante dessa situação, a classe trabalhadora se organizou, com a criação, no Sudeste, das primeiras associações operárias de inspiração **anarquista**.

🔗 GLOSSÁRIO 🔗

Anarquista: filosofia política contrária a formas de organização impostas. Acreditam em livres associações entre as pessoas, não em coerção.

Em 1906, da união dessas associações, foi fundada a Confederação Operária Brasileira. Ao longo da década de 1910, folhetos e jornais anarquistas circulavam entre os operários das fábricas, denunciando os abusos nas relações entre empresários e trabalhadores e conclamando os trabalhadores para a luta. Muitos desses jornais eram escritos em espanhol e italiano.



Milhares de trabalhadores mobilizados nas ruas de São Paulo durante a Greve Geral de 1917

Entre 1910 e 1920, inúmeros sindicatos de inspiração anarquista se espalham pelos principais centros industriais do país. Em 1917, ocorreu a primeira grande greve geral de trabalhadores, motivada pela morte de um operário espanhol, José Martinez. A movimentação contou com a paralisação de empregados na indústria e no comércio da cidade de São Paulo e se alastrou por outras cidades do país.

Organizados em um Comitê de Defesa Proletária, os trabalhadores impunham como condição para a volta ao trabalho: jornadas de oito horas de trabalho, fim do trabalho para menores de 14 anos, aumento dos salários e direito de associação.

Diante da pressão, os empresários concederam aumento salarial imediato aos grevistas, enquanto as demais reivindicações seriam ponderadas em longo prazo. No início da década de 1920, o movimento anarquista enfraqueceu, mas outra força política (o Partido Comunista do Brasil, criado em 1922) nascia com o propósito de representar os interesses dos operários.

PENSAR E PRODUZIR

Trabalho é mais acessível para mulheres, mas em piores condições

[...] Três aspectos caracterizam o trabalho assalariado das mulheres nos últimos vinte anos, segundo Helena Hirata, pesquisadora brasileira do Centro Nacional de Pesquisa Científica da Universidade de Paris VIII.

O primeiro deles é uma bipolarização do emprego feminino: de um lado, há uma minoria de mulheres com nível universitário, melhores salários e em ocupações de prestígio social, enquanto, de outro, existe uma imensa maioria de mulheres com trabalhos mal pagos, desvalorizados e sem reconhecimento social. Estes são empregos muitas vezes em tempo parcial ou de caráter temporário, quase sempre sem perspectiva de carreira.

A segunda característica é justamente a precarização do trabalho que, desde meados dos anos 1990, atinge mais as mulheres do que os homens. “Até que ponto a criação de um emprego ruim é uma coisa boa?”, questiona Hirata. Segundo ela, há um paradoxo: mais mulheres estão no mercado de trabalho, mas em empregos mais vulneráveis a riscos e mais mal pagos que os oferecidos aos homens. [...]

A terceira característica do emprego feminino é o desenvolvimento do trabalho de cuidado no mundo, sobretudo com a externalização do trabalho doméstico. Para serem autônomas, mulheres com trabalhos em tempo integral, nível superior e responsabilidades profissionais precisam de outras pessoas para fazer uma série de tarefas domésticas – e o trabalho doméstico é um dos maiores guetos femininos.

SUCUPIRA, Fernanda. **Trabalho é mais acessível para mulheres, mas em piores condições**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2107>>. Acesso em: 24 set. 2012.

1. Por que o trabalho masculino ainda é mais valorizado do que o das mulheres?

2. Por que o trabalho doméstico é um dos maiores guetos femininos?

3. Atualmente os trabalhadores contam com benefícios como férias, 13º salário, descanso semanal, entre outros. Como você leu no texto, a situação nem sempre foi assim. Converse com pessoas mais velhas para saber como era o cotidiano do trabalho em outros tempos. Anote as permanências e mudanças que você percebe em relação ao trabalho.

4. O trabalho é aspecto fundamental das sociedades ocidentais. O que o trabalho representa para você? Quais suas expectativas e preocupações em relação a esse tema? Será que essas questões são percebidas da mesma maneira por todas as pessoas? Para descobrir, organize uma roda de conversa com sua turma e discuta essas questões.

O movimento tenentista e a revolução de 1930

Jovens oficiais do Exército Brasileiro, genericamente chamados de "tenentes", também estão entre os grupos que se mostravam insatisfeitos com os rumos da política nacional nos primeiros tempos da República.

As movimentações tiveram início em julho de 1922, em uma rebelião no Forte de Copacabana conduzida por jovens oficiais. Isolados e fortemente reprimidos, acabaram se dissipando: apenas dezoito deles (os 18 do Forte) resolveram continuar e enfrentar as tropas oficiais.

O exemplo de Copacabana serviu de inspiração para outros movimentos de jovens oficiais. Em 1924, foi a vez dos paulistas, que, rebelados, conseguiram manter a cidade sob seu poder por vários dias. O movimento eclodiu também no Rio Grande do Sul, liderado por Luís Carlos Prestes.



Arquivo Iconographia. Movimento dos 18 do forte 1922. T. 103, p. 86. Nosso Século. Rio de Janeiro.

Os 18 do Forte: tenentes do Forte de Copacabana em marcha pelo Rio de Janeiro, em 1922

Prestes reuniu seus homens e avançou em marcha até o Paraná, atingindo São Paulo, em 1925, para se reunir com o tenentismo paulista e formar um único grupo. A Coluna Prestes, como ficou conhecida, percorreu 25 mil quilômetros pelo Brasil, em três anos. Os tenentes marchavam tanto por melhores soldos e armamentos eficientes e modernos nos quartéis, quanto por ideais mais abrangentes, como o voto secreto e um Estado forte, comprometido com a educação das massas e com um projeto para modernizar o país.

Depois de serem perseguidos por tropas do governo, o movimento se dissipou. Seus líderes tiveram que se exilar para não serem presos: alguns foram para o Paraguai, outros para a Bolívia e Argentina. Era o fim da Coluna Prestes, mas não dos ideais pelos quais lutava.

A Revolução de 1930

Em 1930, com o fim do mandato do paulista Washington Luís, uma nova eleição se desenrolava, e a vitória de Júlio Prestes, paulista apoiado por Washington Luís, já era dada como certa pelos governistas.

No entanto, um grupo formado por tenentes descontentes e políticos de oligarquias excluídas se uniu em torno de uma forte coligação: a Aliança Liberal, lançando a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência.



Forças que tomaram parte na Revolução desfilam pela Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, em 1930

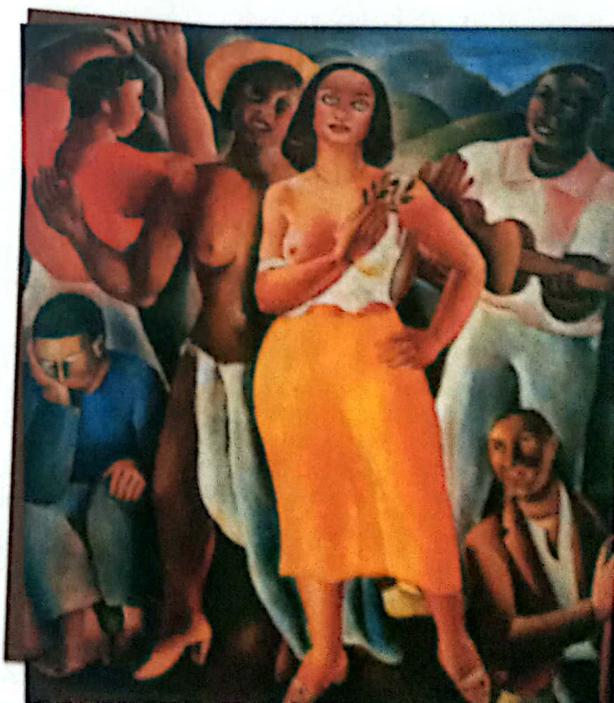
A Aliança Liberal realizou, então, ações militares que ocorreram simultaneamente, a partir do dia 3 de outubro de 1930, em várias regiões do país, do Rio Grande do Sul ao Nordeste. No dia 24, o presidente Washington Luís foi deposto do cargo por uma cúpula do exército, que apoiava os revoltosos. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas assumia como líder da revolução e presidente provisório da nação. Era o fim da República do café com leite.

PARA SABER MAIS!

A Semana de Arte Moderna

Entre os dias 13 e 17 de setembro de 1922, o Teatro Municipal de São Paulo foi palco de um evento impactante para o cenário artístico e literário nacional. Foi a "Semana de Arte Moderna", que reuniu literatos, intelectuais, artistas, arquitetos e escultores que tinham em comum um objetivo: apresentar ao Brasil uma concepção de arte renovada.

Por meio de exposição de esculturas e telas, da apresentação



Óleo sobre tela de Di Cavalcanti intitulado Samba. Os modernistas buscavam uma arte genuinamente brasileira

DI CAVALCANTI, Emílio. *Samba*. 1925. Óleo sobre tela, color., 177 cm x 154 cm. Coleção Getúlio e Jean Boghossian, Rio de Janeiro.

de concertos musicais e de *performances*, da leitura de poemas e outros textos literários, os organizadores defendiam uma arte genuinamente brasileira, que expressasse o que era verdadeiramente nacional.

Artistas como Anita Malfatti e Di Cavalcanti, escritores como Oswald de Andrade e Mário de Andrade, entre outros, causaram escândalo e surpresa entre os intelectuais mais conservadores, mas os padrões por eles inaugurados mudariam para sempre a visão da arte sobre o Brasil.

PENSAR E PRODUZIR

Resolva as questões a seguir, afirmando se são verdadeiras ou falsas e justificando as falsas.

1. () O apoio dos jovens oficiais do exército – genericamente chamados de tenentes – descontentes com a República Oligárquica à Aliança Liberal, garantiu o sucesso do movimento revolucionário de 1930.

2. () Entre os fatos que deflagraram a Revolução de 1930, está o assassinato de Júlio Prestes, candidato da oposição às eleições presidenciais previstas para março daquele ano.

3. () O grupo reunido em torno da Aliança Liberal era heterogêneo, composto desde políticos de oligarquias dissidentes até jovens oficiais do exército que lutavam pela moralização na política e por um governo federal mais centralizador.

4. () A Revolução de 1930 ocorreu após levantes tenentistas no Rio de Janeiro e se espalhou pelo resto do país.

DA ERA VARGAS À DITADURA MILITAR

É chamada Era Vargas o período entre 1930 e 1945. De forma legítima e imposta, Vargas manteve-se no poder por 15 anos.

Inicialmente, o governo provisório de Vargas, logo após o golpe de 1930, depôs o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais e destituiu os governadores de seus cargos. Interventores foram nomeados para assumir os estados até a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

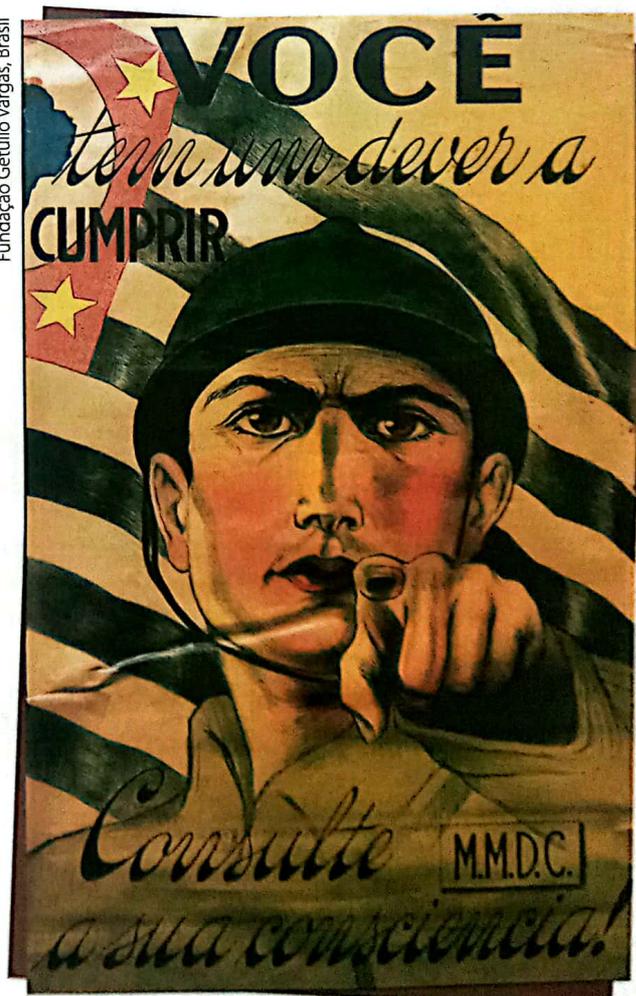
A oligarquia paulista se opôs ao interventor nomeado para São Paulo. O fato, associado à revolta contra a demora na organização de eleições, suscitou um movimento de oposição armada, conhecido como Revolução Constitucionalista.

•• A Revolução Constitucionalista

Valendo-se da divulgação por meio de jornais, emissoras de rádio e cartazes, o movimento constitucionalista de 1932 reivindicava o fim do governo provisório de Vargas, acusado de ditatorial, e a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Contava com a participação de amplos setores da população: estudantes, empresários, profissionais liberais, donas de casa. 135 mil homens aderiram à luta, resistindo por três meses aos ataques das tropas do governo central. Sem o apoio dos demais estados, o movimento acabou enfraquecendo.

Parte de seus objetivos, porém, foi alcançada: em 1933, foram convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, organizadas de acordo com o Código Eleitoral, aprovado em

©Wikimedia Commons/Dantaddt; 1932. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, Brasil



Cartaz de convocação de voluntários para atuar na Revolução Constitucionalista

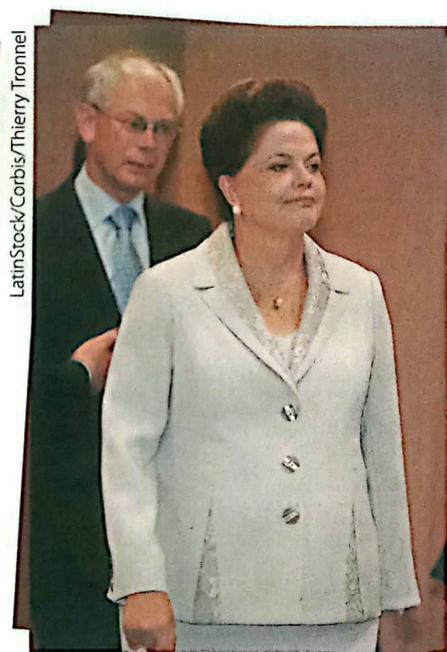
1932. Entre as novidades trazidas pelo código, estava o voto secreto, a Justiça Eleitoral como condutora do processo e, pela primeira vez na história, o voto feminino, produto de uma longa e árdua luta das mulheres.

A conquista do voto feminino

Desde o final do século XIX, existiam movimentos em prol do direito ao voto feminino nos Estados Unidos. A partir do início do século XX, essa movimentação atingiu também o Brasil. As mulheres que lutavam por esse direito eram chamadas de sufragistas.



De Luiza Alzira Soriano Teixeira, a primeira prefeita eleita no Brasil e América Latina, em Lajes – RN em 1928, à Dilma Rousseff, a primeira presidente do Brasil, eleita em 2010: uma longa luta pelos direitos das mulheres.



Nos primeiros tempos da República no Brasil, brasileiras de classe média e alta começaram a se mobilizar pelo direito ao voto feminino. No entanto, alguns deputados afirmavam que as mulheres não conseguiriam conciliar deveres domésticos com a atuação política, o que levaria os lares à ruína. Lideranças femininas do período, como a advogada Bertha Lutz, se mobilizaram, conclamando as mulheres a se unirem em uma associação em prol dos seus direitos. Assim, em 1919, foi criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que originou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922.

Em 1927, no Rio Grande do Norte, as mulheres conquistavam o direito de voto no estado. Dois anos depois, tomava posse a primeira prefeita do Brasil e América Latina: Luiza Alzira Soriano Teixeira, eleita em 1928.

O Novo Código Eleitoral foi produzido em 1932. Nele, pela primeira vez no Brasil, foi garantido o direito de voto às mulheres. Com a Constituição de 1934, foi conquistada a igualdade de direitos políticos.

•• A Constituição de 1934 e as conquistas sociais

Em 1934, foi elaborada uma nova Constituição, que introduzia algumas novidades na sociedade brasileira: as leis trabalhistas, com o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, do descanso semanal remunerado, do salário mínimo e das férias remuneradas, além da criação da Justiça do Trabalho e da instituição do pluralismo sindical.

O casamento religioso foi oficializado, uma vitória da bancada católica no Congresso Nacional. A Constituição de 1934 estabeleceu que a primeira eleição presidencial após a data de sua promulgação seria indireta: os membros da Assembleia Nacional Constituinte seriam os eleitores. As próximas eleições se dariam pelo voto livre e direto. O presidente eleito com a maioria dos votos foi Getúlio Vargas, iniciando o governo constitucionalista, que vigorou de 1934 a 1937.

TEXTO E VIVÊNCIA

A conquista do voto feminino e das leis trabalhistas faz parte da construção (ou consolidação) da cidadania no Brasil. O termo “cidadania”, atualmente, é muito popular, mas as pessoas sabem o que ele significa? Para verificar essa situação e saber como as pessoas vivenciam a cidadania no dia a dia, elabore, com a turma, um roteiro de entrevista (decidindo quais perguntas serão feitas) e entreviste três pessoas de idades diferentes. Traga as respostas para sala de aula e analise-as com os colegas, contrapondo com o conceito de cidadania que você pesquisar.

•• O Golpe de 1937 e o Estado Novo

As campanhas de candidatos à presidência da República começaram no início de 1936, mas Getúlio Vargas pretendia permanecer no poder. Com o apoio de militares aliados, criou estratégias políticas e práticas de repressão para desestabilizar o processo eleitoral, entre elas, prisões arbitrárias e a instituição da censura.

Sob a alegação de combate ao comunismo, uma tendência que crescia no país graças ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), controlado à época por Luís Carlos Prestes, o governo instituiu violenta repressão a membros do partido e perseguições a outras tendências políticas, como os integralistas (conservadores e de extrema direita, liderados por Plínio Salgado).

O suposto atentado contra o Estado brasileiro, chamado de Plano Cohen, forjado por políticos ligados a Vargas e atribuído aos comunistas, serviu de pretexto para um golpe de Estado realizado em 10 de novembro de 1937.

Com a deflagração do golpe, o Congresso Nacional, cercado por militares, foi obrigado a encerrar seus trabalhos. Uma nova forma de governo era anunciada pelo rádio aos brasileiros: o Estado Novo.

A Constituição de 1934 foi invalidada: ainda em 1937, o jurista Francisco Campos, aliado de Vargas, escreveu uma nova carta constitucional para o país. Apelidada de “polaca” (pois tinha a influência da constituição polonesa) definia os rumos do novo governo: autoritário, centralizado e ditatorial.

O Estado Novo foi instituído em uma época em que regimes autoritários estavam à frente de vários países europeus: o nazismo de Hitler, na Alemanha; o fascismo de Mussolini, na Itália, e o regime de Franco, na Espanha. Trouxe a perda de liberdades políticas, perseguições, torturas e prisões.

O governo federal usou os meios de comunicação de massa recém-instituídos no país, como o rádio e o cinema, para propagar seus feitos e passar a imagem de um Estado forte, soberano e paternalista, que decidia pelas pessoas o que seria melhor para elas.



Cartaz de propaganda do Estado Novo, em que Getúlio é associado à defesa dos interesses da Pátria e do povo

Página da cartilha A Juventude. (LCNI)

PARA SABER MAIS!

Entre 1939 e 1945, aconteceu a Segunda Guerra Mundial, iniciada com o expansionismo da aliança política e militar denominada Eixo, composta por Alemanha, Itália e Japão. Ao Eixo se opuseram os países aliados: Inglaterra, União Soviética (comunista) e Estados Unidos. O governo brasileiro, na época comandado por Vargas, apesar de se alinhar ideologicamente aos governos autoritários da Alemanha e da Itália, entrou na guerra ao lado dos Estados Unidos, por questões econômicas.

Em 1945, a guerra teve fim com a vitória dos aliados e a divisão da Alemanha (e de territórios europeus antes sob seu poder) em duas zonas de influência: uma capitalista, vinculada aos Estados Unidos e à Inglaterra, e outra comunista, vinculada à antiga União das Repúblicas Soviéticas (hoje extinta).

Estados Unidos e União Soviética, até então aliados, passaram a disputar entre si o controle sobre o mundo. Embora não tenham se enfrentado diretamente, desenvolveram uma política de ameaças mútuas (a chamada Guerra Fria, que se perpetuou até 1990), que envolveu uma poderosa corrida espacial e armamentista e a participação em vários conflitos e guerrilhas ocorridos em outros países.

•• O governo Dutra: planificação econômica e contradição política

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe a derrota do nazifascismo na Europa. Pressionado pela conjuntura internacional, Vargas renunciou. A movimentação democrática lentamente tomou conta do país. Ocorreram eleições para presidente e o eleito foi um político apoiado por Getúlio Vargas: o general Eurico Gaspar Dutra.

NOSSO SÉCULO. 1945-1960. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 11.



O novo presidente, general Eurico Gaspar Dutra, assinando a posse, em 30 de janeiro de 1946

No governo de Dutra, foi promulgada uma nova constituição, em 1946. A nova carta confirmou o processo eleitoral como forma de representação política e assegurou o retorno de certas liberdades democráticas. Trazia o voto universal e secreto para os brasileiros maiores de 18 anos, mas excluía anal-fabetos, militares e religiosos do processo de participação política. O mandato presidencial passava a ser de cinco anos.

O direito de livre associação foi novamente permitido e a censura e a pena de morte, instituídas em 1937, foram abolidas. Por outro lado, Dutra decretou a ilegalidade de as-

Arquivo Iconographia



Constituição de 1946 (a quinta do Brasil) é noticiada à população

sociedades trabalhistas não vinculadas ao governo e proibiu manifestações políticas de esquerda – como o Partido Comunista, posto na ilegalidade em 1947.

No plano econômico, seu mandato caracterizou-se pela abertura do país aos investimentos estrangeiros, sobretudo, estadunidenses, e pela tentativa de incentivar o desenvolvimento econômico nacional. Para isso, instituiu o Plano Salte, cuja sigla significa: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

•• O segundo mandato de Vargas e as tensões sociais

Durante o mandato presidencial de Eurico Gaspar, Getúlio Vargas cumpria o mandato de senador pelo Rio Grande do Sul. Com o fim do seu mandato e a proximidade das eleições, Vargas se candidatou à Presidência da República pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) com o apoio político do PSP (Partido Social Progressista).

TEXTO E CONTEXTO

1. Analise o *jingle* da campanha de Vargas para a presidência.

“Bota o retrato do velho outra vez,
bota no mesmo lugar.
Bota o retrato do velho outra vez,
bota no mesmo lugar.
O sorriso do velhinho faz a gente
trabalhar.
O sorriso do velhinho faz a gente
trabalhar”

LOBO, Haroldo; PINTO, Marino. **Retrato do Velho.**



Momento da campanha eleitoral de Getúlio Vargas para a Presidência da República em 1950

Considerando o contexto em que a música foi escrita e a história de Vargas na política brasileira, como a letra da música pode ser interpretada?

O resultado da eleição? Vargas voltava a usar mais uma vez a faixa presidencial. Só que agora, não pela força das armas, mas como ele mesmo dizia “pelos braços do povo”, já que fora eleito com 48,7% dos votos. Sua plataforma política defendia a independência da economia brasileira em relação ao capital internacional e o investimento do governo federal na industrialização nacional.

Em seu novo mandato, Vargas se comprometeu em aprimorar a legislação trabalhista e defendia o monopólio estatal de setores tidos como fundamentais para o desenvolvimento econômico: as **indústrias de base** (siderúrgicas, petroquímicas, comunicações, transportes e energéticas, principalmente). Foi com este objetivo que, em 1952, lançou a Campanha “O Petróleo é Nosso”. Em 1953, nascia a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

🔗 GLOSSÁRIO 🔗

Indústrias de base: indústrias que lidam diretamente com os recursos naturais – minérios, por exemplo – trabalhando a matéria-prima que será utilizada por outras indústrias.

Sob seu governo, foram concedidas amplas linhas de crédito por meio de bancos estatais para financiar a industrialização nacional, mas elas não foram suficientes. Ao longo dos primeiros anos da década de 1950, o custo de vida aumentou sensivelmente no Brasil, mobilizando a atenção dos sindicatos, cuja atividade tinha sido legalizada por Vargas.



Trabalhadores em greve chocam-se com a polícia no centro de São Paulo, em abril de 1953. Só em São Paulo, 300 mil trabalhadores paralisaram suas atividades solicitando um aumento salarial de até 60%

A movimentação sindical começava a fugir ao controle do governo, o que incomodava as elites, representadas politicamente pelo partido da UDN. Esse incômodo intensificou-se quando o presidente nomeou o jovem político gaúcho João Goulart, mais conhecido como Jango, para o Ministério do Trabalho.

Jango administrou algumas greves ocorridas no período, conseguindo que boa parte das reivindicações dos trabalhadores envolvidos fosse aceita. A preo-

cupação de determinados setores da elite e do alto comando do exército, na época chamados pejorativamente de “entreguistas”, era a de que Jango transformasse o país em uma república de sindicalistas. Esse temor era canalizado mediante críticas ferrenhas contra Getúlio publicadas no jornal de Carlos Lacerda, a *Tribuna da Imprensa*.

GLOSSÁRIO

Entreguistas: modo como os nacionalistas chamavam os setores da sociedade civil e militar que defendiam a tese de que o desenvolvimento econômico do país se daria mediante maior abertura aos investimentos estrangeiros.

Nacionalistas: defendiam a autonomia industrial e a independência econômica como bases para o desenvolvimento.



Capa do jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, e seu tom agressivo: “Somos um povo honrado governando por ladrões”. Indiretamente, referia-se ao governo de Getúlio Vargas

Lacerda acusava Getúlio de corrupção, questionava sua capacidade administrativa e denunciava que, por trás de sua política trabalhista, se escondiam interesses socialistas.

Em 1954, quando o ministro do trabalho, João Goulart, apresentou uma proposta de aumento de 100% para os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo, a crise chegou ao auge e Jango renunciou ao posto de Ministro. Ainda em 1954, um atentado dirigido ao jornalista Carlos Lacerda tornou as relações entre a UDN e o governo ainda mais tensas. Nas investigações conduzidas pela oposição, o segurança de Getúlio Vargas foi apontado como o principal suspeito do crime.

As Forças Armadas reagiram: o exército lançou um manifesto à nação em 23 de agosto,

Acervo Iconographia



Reportagem de capa do jornal *Última Hora* sobre o suicídio de Vargas, fato que, aliado à publicação da sua carta-testamento, provocou uma onda de revoltas populares em todo o país

NOSSO SÉCULO. 1945-1960. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 117. V. 4.

exigindo a renúncia do Presidente. Na manhã seguinte, após redigir uma carta-testamento, Vargas suicidou-se com um tiro no peito. Na carta, acusava os grupos ligados ao capitalismo internacional pelo impasse que o levou à morte.

O vice-presidente, Café Filho, assumiu o governo e garantiu que as eleições presidenciais previstas para o ano seguinte seriam realizadas.

PARA LER

BRASIL: DE GETÚLIO VARGAS A CASTELO BRANCO

Autor: Thomas E. Skidmore

Editora: Paz e Terra

GETÚLIO VARGAS – O PODER E O SORRISO

Autor: Boris Fausto

Editora: Companhia das Letras

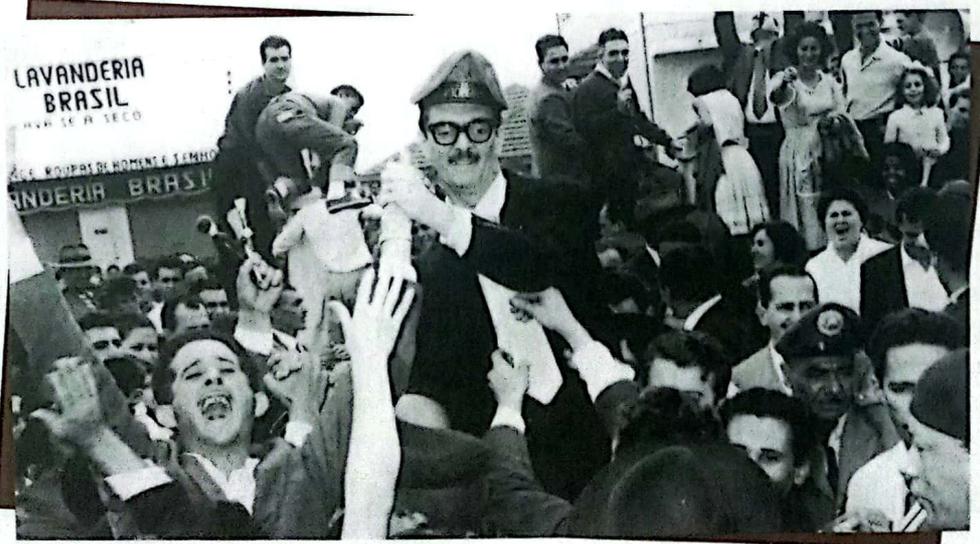
Os governos populistas

Em seu segundo mandato como presidente, Getúlio Vargas ajudou a criar um modelo de governo chamado de **populismo**, caracterizado por uma aparente relação direta e quase pessoal entre o governo e as **massas**.

GLOSSÁRIO

Massas: o conceito de massas é empregado como uma categoria sociológica para designar a concentração populacional nas grandes cidades, fenômeno relacionado à urbanização, à industrialização e às migrações campo-cidade.

Acervo Iconographia; Jânio Quadros. 1960. 1 fot.: p & b. São Paulo



Jânio Quadros "nos braços do povo". O político que, entre um discurso e outro, comia sanduíches de pão com mortadela e pão com banana é um dos símbolos do populismo no Brasil

O líder populista fala direto às massas e se diz acima de todas as classes e diferenças sociais: coloca-se como um porta-voz do povo, o único capaz de solucionar suas carências e necessidades, impedindo, de certa forma, que as próprias pessoas lutem por seus direitos.

No Brasil, os representantes do populismo político foram os presidentes Getúlio Vargas (em seu mandato de 1951 a 1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Todos tiveram forte apelo entre as massas.

Acervo Iconographia; Cena Familiar. [ca. 1950].
1 fot.: p & b.



Família brasileira reunida ao redor do rádio, na década de 1940. O rádio se tornou o principal e o mais popular meio de comunicação de massa

A expansão dos meios de comunicação de massa (rádio e televisão) favoreceu a divulgação dos ideais populistas e a aproximação desses líderes com a população. A esses novos meios de comunicação está associado o desenvolvimento de uma cultura voltada para as massas.

PARA SABER MAIS!

O rádio se tornou um importante meio de divulgação da política varguista e um instrumento de difusão de novos padrões artísticos e culturais que vinham se desenvolvendo no Brasil desde a década de 1930.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, fundada em 1936 e estatizada em 1940, atuou como importante veículo de divulgação do governo Vargas e do ideal de brasilidade e cultura que se buscava construir e difundir. Sua programação era rica e diversificada, indo desde as *radionovelas* (lançadas em 1941) passando pelo *rádio teatro* e pelos programas de auditório, que lançaram cantoras como Emília Borba, até programas esportivos e noticiários, como o "Repórter Esso", que noticiou, entre outras coisas, o fim da Segunda Guerra Mundial.

➤ O Brasil entre 1955 e 1964

1955
JK

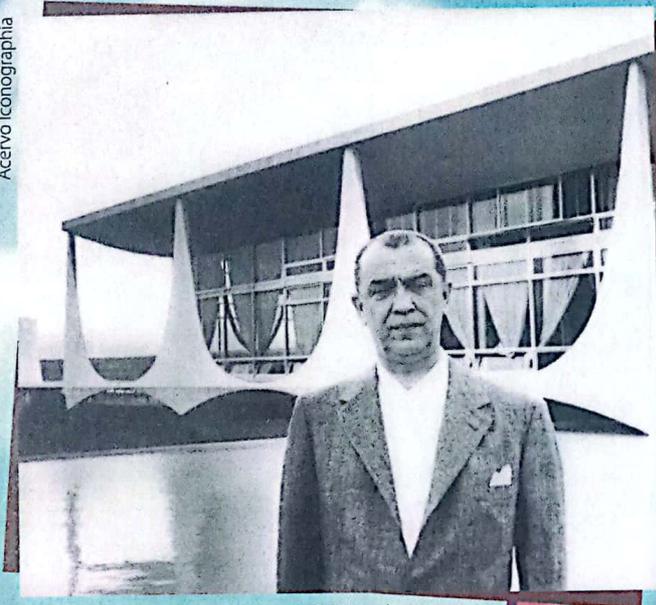
1956
JK

1957
JK

1958
JK

1959
JK

Acervo Iconographia



Kubitschek em frente ao palácio do Planalto

Nas eleições de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek, do PSD, venceu o candidato da UDN, Joaquim Távora (um dos líderes do movimento tenentista).

Seu governo foi marcado por um clima de estabilidade e otimismo, assegurados, por um lado, pelo crescimento econômico; e, por outro, pela capacidade de JK em contornar o movimento sindical e acalmar os ânimos dos oficiais das Forças Armadas, inclusive nomeando militares para postos no governo.

Economia

JK também criou o Plano de Metas para atingir cinco pontos fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país: saúde, educação, industrialização de base, transportes e energia. Outra meta era a construção de uma nova capital para o país no Planalto Central (Brasília).

Por meio de um decreto, JK instituiu o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) a fim de promover o desenvolvimento dessa indústria no Brasil mediante a abertura ao capital estrangeiro. Grandes empresas multinacionais se instalaram no país (Ford, Volkswagen, General Motors e Willys Overland), concentradas no que viria a ser chamado de ABC paulista (região formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, na Grande São Paulo).

O crescimento veio acompanhado de uma grave crise econômica, pois o governo havia gasto demais com o fomento à industrialização e a construção de Brasília. Em contrapartida, o valor pago pelas exportações diminuía consideravelmente se comparado ao que o Brasil gastava com as importações.

Ocorreu, assim, um aumento de preços, elevando a inflação a 39,5% no final de 1957. Mediante a pressão dos comunistas e dos trabalhistas, JK rompeu relações com o Fundo Monetário Internacional em 1959 e, depois, demonstrou interesse em reatar relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e com a China, visto com desconfiança pelas elites vinculadas ao capital estadunidense.

1960
JK

1961
Jânio/Jango

1962
João Goulart

1963
João Goulart

1964
João Goulart

Jânio Quadros venceu a eleição de 1960 com 48% dos votos. Sua Presidência foi caracterizada por atitudes conservadoras, como a proibição do uso do biquíni nas praias; redução dos cargos ocupados pelas Forças Armadas na diplomacia brasileira, entre outras. Suas ações políticas oscilavam entre uma política de direita e de esquerda, atraindo a oposição de ambas as tendências.

No âmbito social, seu governo foi alvo de pressões por parte do movimento sindical organizado e das **Ligas Camponesas**. Ambos passaram a exigir a realização de **reformas de base**. O movimento estudantil era outro setor da sociedade civil organizada que cresceu entre as décadas de 1950 e 1960. Apesar das pressões internas, a política financeira de Jânio Quadros foi bem vista pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que aceitou o reescalonamento da dívida externa brasileira, que estava em 3,8 bilhões de dólares. Mesmo assim, Jânio Quadros renunciou à presidência em agosto de 1961. Na ocasião, seu vice, João Goulart, encontrava-se em missão diplomática na China Comunista.

A Constituição brasileira previa que, em caso de renúncia do Presidente eleito, o vice deveria finalizar o mandato. Uma ação conjunta de oficiais militares e representantes dos partidos oposicionistas, porém, se manifestou contra João Goulart (chamado Jango), alegando que o político tinha interesse em implantar um governo de caráter socialista, o que seria desastroso para o Brasil.

Sob a liderança de Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul) teve início um movimento que atraiu ampla adesão popular, em prol do retorno de João Goulart à Presidência. Ficou decidido que Jango poderia assumir a Presidência, mas limitado por três ministros representantes das Forças Armadas que, naquela época, representavam os interesses da elite nacional (regime parlamentarista). Sob essas condições, João Goulart exerceu a Presidência entre 1961 e 1962. Em janeiro de 1963, instituiu um plebiscito, em que 80% da população optou pelo fim do parlamentarismo e a volta do presidencialismo.

PENSAR E PRODUZIR

1. Analise a charge ao lado e explique por que se pode afirmar que é uma crítica à política econômica de JK.



Charge do *Jornal Última Hora*, de 15 de dezembro de 1956, faz crítica à política econômica de JK

2. Analise o *jingle* da campanha de Jânio à presidência da República:

Acevo Iconographia



Campanha de Jânio Quadros à Presidência da República. a vassoura simbolizava a "limpeza" que ele dizia que iria fazer no governo, eliminando a corrupção

Varre, varre, varre, varre, varre vassourinha
Varre, varre a bandalheira
Que o povo já está cansado
De sofrer desta maneira
Jânio Quadros é a esperança
Desse povo abandonado
[...]

NETO, Maugeri. **Varre, varre, vassourinha**. Disponível em: <<http://www.propagandasantigas.com/search?x=0&y=0&z=f%20C3%A2nio+quadros>>. Acesso em: 29 set. 2012.

- a) Qual a relação entre a plataforma política de Jânio Quadros e o *jingle* de sua campanha?

•• O Golpe Militar de 1964

O ponto alto das tensões entre Jango e diferentes setores sociais ocorreu no dia 13 de março de 1964, quando ele discursou para cerca de 300 mil trabalhadores na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O tom do seu discurso foi direcionado, especialmente, para a necessidade de instituição das reformas de base.



Acervo Iconographia

O presidente João Goulart, ao lado de sua esposa, discursa aos trabalhadores na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1964. Sua proposta reformista incomodava os setores mais tradicionais da política brasileira

Uma semana depois, lideranças ligadas à alta hierarquia da Igreja Católica e à elite empresarial organizaram em São Paulo a “Marcha da Família com Deus e pela Propriedade” numa clara demonstração de contrariedade às concepções políticas de Jango, associando-as a uma ameaça à família, à tradição e à propriedade privada.

Em 31 de março do mesmo ano, a junta militar comandada por Luís Carlos Guedes e Olímpio Mourão Filho deu início a um movimento golpista contra a permanência de Jango na Presidência. Foram apoiados por oficiais de outros quartéis, obrigando João Goulart a abandonar a Presidência no dia 1º de abril de 1964. No dia seguinte, buscou exílio no Uruguai. O fato entrou para a história como O Golpe Militar de 1964. A ele se seguiu um período turbulento, caracterizado por 20 anos de um regime ditatorial.

A DITADURA MILITAR: OPRESSÃO X RESISTÊNCIA

capítulo

22



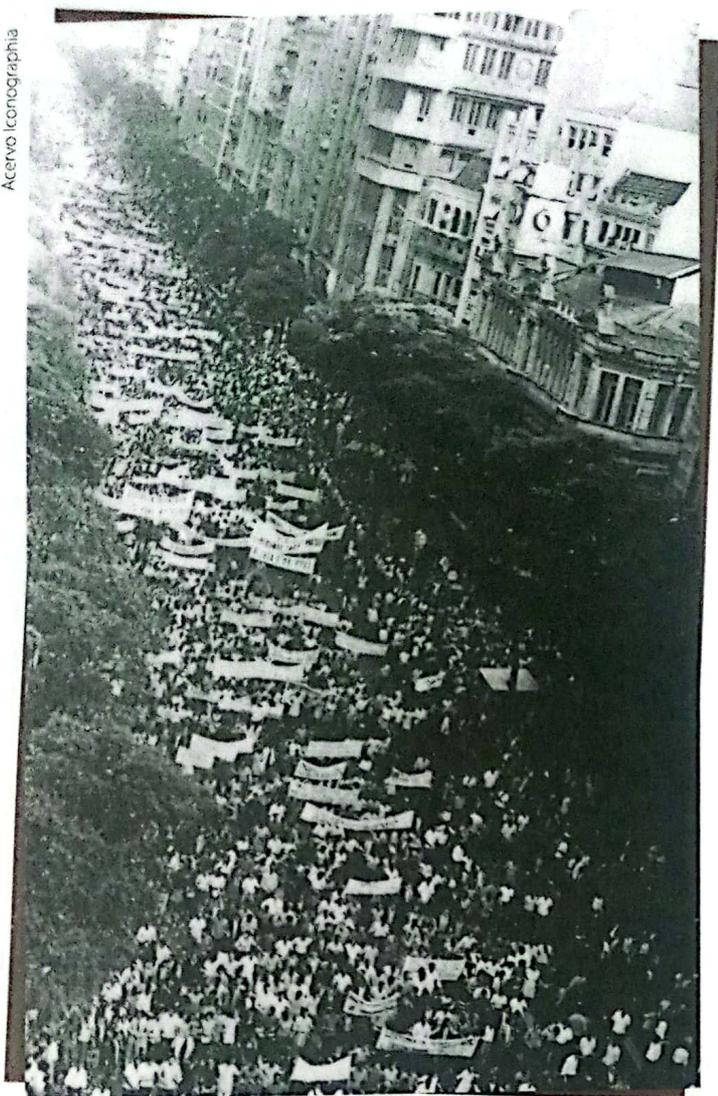
Militares dispersam estudantes durante uma passeata. Com o golpe de 1964, qualquer movimentação social ou política que fosse contrária ao governo militar era tida como subversiva e severamente reprimida

Com o Golpe Militar, toda a ebulição social que vinha se formando desde o segundo mandato de Getúlio Vargas passou a ser duramente perseguida durante o governo exercido pelos militares. Eleições deixaram de existir, e a Constituição, sob muitos aspectos, foi completamente ignorada. Repressão policial, tortura e perseguições políticas tornaram-se constantes.

•• Os primeiros tempos: da Ala Branda ao AI-5

Após um período de governo provisório, exercido por uma junta militar, assumiu a Presidência do Brasil o general Humberto de Alencar Castello Branco, da Ala Branda do Exército. Durante seu mandato, todos os partidos políticos foram destituídos (eram permitidos apenas dois: a Arena, partido ligado aos militares, concentrava todos os poderes; e o MDB, partido de oposição que tinha pouco espaço para participação política), e foram realizadas reformas econômicas e tributárias. Ausentou-se do poder em 1967 e faleceu logo depois.

Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência em 1967, pressionado, por um lado pelo descontentamento popular (manifestações estudantis, movimentos pela reforma agrária) e, por outro, pela Ala Dura do Exército – da qual era um dos principais representantes – que exigia mais rigidez e repressão no regime.



Passeata dos cem mil, organizada pelo Movimento Estudantil em 1968

Em 1968, a morte de um estudante secundarista na **passeata dos cem mil** incendiou a mobilização estudantil. Em resposta, Costa e Silva convocou o Conselho de Segurança Nacional e decretou o Ato Institucional nº. 5, o AI-5, que conferia total poder ao Executivo para mandar prender, torturar, exilar e cassar pessoas sem passar pelo Judiciário, contando apenas com a polícia para o cumprimento da lei. O *habeas corpus* estava suspenso e manifestações populares de caráter político também estavam proibidas.

🔗 GLOSSÁRIO 🔗

Passeata dos cem mil: congregou milhares de jovens num ato de protesto contra a ditadura.

Enquanto as prisões e as torturas eram efetuadas sob o comando do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), as manifestações culturais e artísticas passaram a ser controladas por rigorosa censura. O Serviço Nacional de Informação (SNI) e seus órgãos regionais mantinham a vida dos cidadãos sob vigilância constante.

Em outubro de 1969, Costa e Silva se afastou do governo por estar doente e uma junta militar impediu a posse de seu vice, empossando o general Emílio Garrastazu Médici. Tinha início a fase mais repressiva e violenta da Ditadura Militar no Brasil.

Formas de resistência

O AI-5 desmantelou sindicatos, aboliu partidos políticos e sufocou a movimentação estudantil, mas muitas pessoas não tinham conhecimento desses fatos, em virtude da censura. Para muitos, os militares no poder significava que o Brasil estava em segurança, a salvo da "ameaça comunista". Não percebiam a existência da censura, da tortura, da falta de liberdade política – os que percebiam essa condição não podiam discutir a situação ou se mobilizar.

Nesse contexto, a arte apareceu como uma saída: por meio de músicas, poemas, charges, tirinhas e filmes, o segmento artístico contrário à Ditadura tentava, de alguma forma, manifestar a sua opinião e chamar a atenção de outras pessoas.

Entre os canais privilegiados da manifestação artística estão os festivais de música popular. Dentre eles, os que mais se destacaram foram o Festival de Música Popular da TV Record e o Festival Internacional da Canção, o FIC, realizados entre 1966 e 1969. Os festivais de música brasileira consagraram grandes compositores, como Chico Buarque, Edu Lobo e Sérgio Ricardo, e intérpretes como Jair Rodrigues e Elis Regina.



Jovens compositores e intérpretes se apresentam no III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record. Entre as músicas, letras de protesto contra a Ditadura

TEXTO E VIVÊNCIA

Leia e cante uma estrofe e o refrão da música de Geraldo Vandré.

“[...] Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição:
De morrer pela pátria
E viver sem razão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer [...]”

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei das flores. Intérprete: Geraldo Vandré. In: _____. **Discoteca Brasileira do Século XX**: Anos 60. Rio de Janeiro: SESC Rio, p2007. 1 CD. Faixa 13.

1. Por que se pode afirmar que essa letra é um convite à resistência contra a Ditadura?



• Médici: "milagre econômico" e pesadelo político

Durante o governo de Garrastazu Médici foram decretados vários atos institucionais e o terror foi estabelecido por meio de perseguições, prisões, mortes, desaparecimentos e torturas. Contraditoriamente, neste período, devido à grande abertura ao capital estrangeiro e ao investimento em infraestrutura, o Brasil passou por um processo de crescimento econômico.

A fé no crescimento e o desejo de consumir e enriquecer seduziu setores das classes médias e altas à custa do achatamento dos salários da classe trabalhadora. O futebol brasileiro venceu a Copa do Mundo de 1970, aumentando a sensação de euforia nacional proposta pelo governo.

Uma crise mundial de combustíveis fósseis, ocorrida entre 1972 e 1974, afetou a economia norte-americana e, indiretamente, a brasileira. É então que aparece o outro lado do "milagre": inflação, aumento da dívida externa e salários baixos. Tais fatores ocasionaram a insatisfação inclusive dos setores médios. Para reprimir o descontentamento popular, seguiram-se novas ondas de prisões arbitrárias, condenações injustas e assassinatos.



Seleção brasileira campeã da Copa do Mundo de 1970. Enquanto milhões de brasileiros comemoravam o feito, alguns sofriam com as atrocidades da Ditadura

Abril Imagens/J. B. Scalco

PENSAR E PRODUZIR

Analise o *slogan* a seguir, divulgado pelo governo Médici.



1. Considerando o contexto político em que foi criado, qual a mensagem que esse *slogan* queria passar aos brasileiros?

PARA ASSISTIR

O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS

Gênero: Drama

Direção: Cao Hamburger

Duração: 106 min

País: Brasil

Ano de lançamento: 2006

Sinopse: No ano em que o Brasil pode ganhar o tricampeonato de futebol, 1970, um garoto (que adora futebol) é separado de seus pais e tem que se adaptar a sua nova vida.

O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?

Gênero: Drama

Direção: Bruno Barreto

Duração: 105 min

País: Brasil/EUA

Ano de lançamento: 1994

Sinopse: Filme mostra estudantes envolvidos na luta armada (e a ação desse grupo) no Brasil durante a Ditadura Militar.

•• Geisel: abertura lenta e gradual, mas ainda uma ditadura

Após Médici, em março de 1974, o Brasil tinha um novo presidente: o General Ernesto Geisel, que manifestava, desde a candidatura, o interesse pela distensão do Regime Militar. Tinha a pretensão de promover ações que, aos poucos, resultassem na liberalização do regime, conduzida de modo lento, gradual e seguro.

Apesar de tal pretensão, o governo Geisel promoveu repressões policiais violentas a movimentos sociais, prisões arbitrárias, decretação de estado de sítio e execuções de presos políticos.

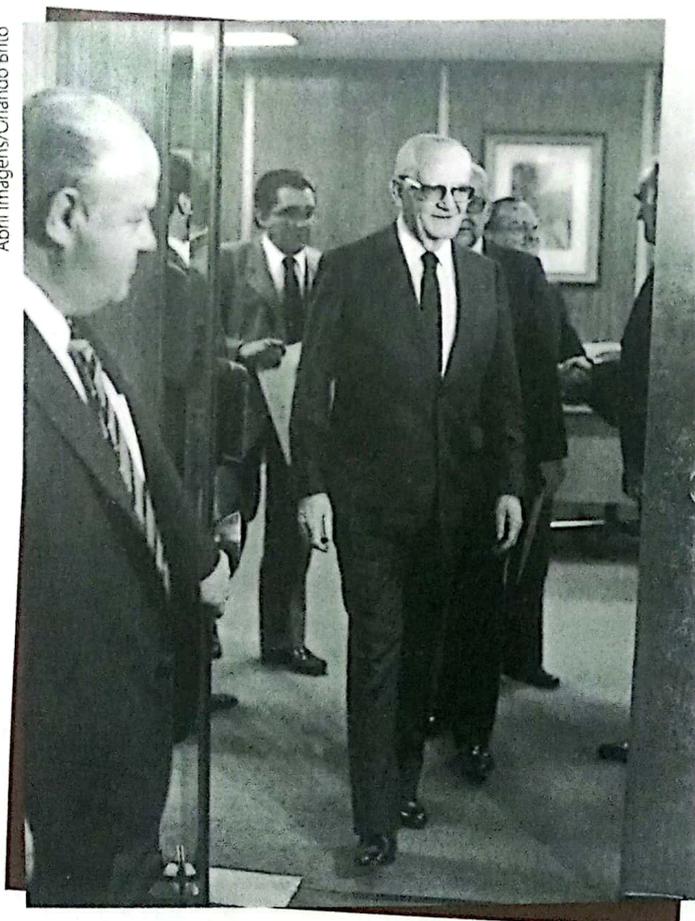
Além disso, como a crise internacional do petróleo de 1973 afetou o país em pleno processo de expansão econômica, o Brasil tinha que importar 80% do petróleo que utilizava. Diante da fragilidade da economia brasileira frente à instabilidade da economia mundial, Geisel lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O objetivo central do plano era estabilizar o crescimento econômico que o Brasil experimentava e evitar a recessão. A economia brasileira crescia desde o final da década de 1960, mas à custa de capitais e recursos financeiros de origem estrangeira. Era preciso conquistar a autossuficiência em alguns setores estratégicos (como bens de capital – máquinas e equipamentos, e insumos básicos – petróleo, alumínio, fertilizante e aço, principalmente), para não ficar refém das crises do capitalismo mundial.

Para incentivar as empresas privadas a produzir bens de capital, o Estado ampliou as redes de crédito viabilizadas por meio de bancos estatais

como o BNDE. Para suprir a carência energética e de insumos, investiu pesadas somas de capitais em empresas estatais, como a Petrobras e a Eletrobras e favoreceu a instalação de empresas exploradoras de alumínio e aço. Mas para sustentar esses investimentos, o Estado passou a depender cada vez mais de empréstimos externos, elevando a dívida externa.

Abril Imagens/Oriando Brito



Geisel e seus ministros: tempos de crise econômica e leve abertura política

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA PÚBLICA E PRIVADA EMPRÉSTIMOS EM MOEDA (EM BILHÕES DE DÓLARES)

1971	6,6
1972	9,5
1973	12,6
1974	17,2
1975	21,2
1976	26,0
1977	32,0
1978	43,5
1979	55,8
1980	64,2
1981	73,9
1982	85,3
1983	93,5
1984	102,0

Banco Central do Brasil. In: GERAB, William Jorge; ROSSI, Waldemar. **Indústria e trabalho no Brasil**. Limites e desafios. 6 ed. São Paulo: Atual. p. 53. Adaptado.

Tabela com a evolução da Dívida Externa Brasileira, entre 1971 e 1984: o preço do "Milagre"

A desaceleração da economia interna associada ao aumento das taxas de juros no âmbito externo deflagraram o aumento generalizado de preços (e do custo de vida) e o achatamento salarial, fatores que suscitaram mobilizações de sindicatos e de outros movimentos sociais.

Os anos de 1977 e 1978 contaram com intensas movimentações, vindas de diferentes setores da sociedade, como estudantes, operários, donas de casa, entre outros. Entre essas movimentações, as greves e assembleias promovidas pelos metalúrgicos do ABC estão entre as mais significativas.



Luiz Inácio da Silva (conhecido como Lula) se dirige a milhares de metalúrgicos da região do ABC Paulista em 1978

Folhapress/Folha Imagem

O movimento sindical intensificou suas atividades de forma independente, organizado por lideranças surgidas no âmbito fabril ou ligadas a setores progressistas da Igreja Católica. A eclosão dos movimentos estudantis e a mobilização sindical se desenvolveram no contexto da distensão do regime que marcou o governo Geisel.

A mobilização sindical partiu, sobretudo, do setor automobilístico paulista, que reivindicava, especialmente, aumento salarial, participação nas comissões das fábricas e a ampliação das liberdades democráticas, além da garantia de emprego. Do setor metalúrgico, a mobilização sindical se espalhou para outros assalariados e, em 1979, atingiu todo o país: mais de 3 milhões de trabalhadores cruzaram os braços.

Essa intensa movimentação coincidia com o final de uma década caracterizada por um aumento significativo da população urbana: mais de 30 milhões de brasileiros migraram das regiões rurais para as cidades entre 1960 e 1980.

Essa enorme quantidade de mão de obra disponível permitiu o achatamento dos salários. Quem não estivesse satisfeito corria o risco de ser demitido, afinal, milhares de pessoas esperavam por uma vaga de trabalho com carteira assinada (ainda que os salários pagos fossem baixos). Restava aos trabalhadores se mobilizar como classe, exigindo como um todo, e não isoladamente, melhores salários e mais empregos.

Já o movimento estudantil, desde o AI-5, tinha recuado em suas atividades. Porém, a partir de 1977, voltou com força total. No dia 22 de setembro de 1977, na PUC de São Paulo, estudantes de todo o país se reuniram no 3º Encontro Nacional dos Estudantes.

Acervo Iconographia



Manifestação da União Nacional dos Estudantes – UNE – na PUC de São Paulo, em 1977

A ação foi motivada, entre outras coisas, pelo fato de Geisel ter fechado o Congresso Nacional em abril de 1977 para aprovar um plano de reformas no Judiciário, rejeitado pela oposição. O plano que versava sobre as novas regras do processo eleitoral foi imposto arbitrariamente pelo Executivo e ficou conhecido como Pacote de

Abril. Os congressistas que se opuseram tiveram seus mandatos cassados. O evento foi invadido por soldados da PM e agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, o DEOPS, e mais de 800 pessoas foram presas.

• De Geisel a Figueiredo

Geisel visava à abertura política do regime, em parte, pela pressão exercida por movimentos sociais e setores ligados à Igreja Católica, que exigiam o fim da tortura. Entre as ações que caracterizaram a distensão política ocorrida em seu governo, pode-se citar:

- A revogação do AI-5.
- O abrandamento da censura.
- O fim das seções de tortura.

Porém, para evitar o crescimento político da oposição, representada pelo MDB, Geisel lançou a Lei nº 6.639, de 1º de julho de 1976, também conhecida como Lei Falcão, que limitava a aparição dos candidatos às eleições (em âmbito estadual e para o legislativo federal) na televisão e no rádio. Estes só poderiam dizer seus nomes e os dados dos seus currículos, sem apresentar propostas, limitando, assim, o debate político.

O Presidente já tinha escolhido o seu sucessor: João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (nas eleições indiretas para Presidência da República, o MDB também lançou candidatura própria, mas foi derrotado). Figueiredo acreditava na abertura gradual do regime, conduzida pelos militares.

Ao longo do mandato do presidente Figueiredo, ocorreram mudanças significativas na vida política do país: presos políticos foram beneficiados com a anistia; o pluripartidarismo (essencial para a democracia) voltou a existir e novos partidos políticos foram fundados. O movimento sindical se dividiu em duas tendências diferentes e teve início a campanha pelas eleições diretas para presidente.



Com a anistia, políticos, intelectuais e artistas puderam finalmente voltar para o Brasil. Na foto, o político Fernando Gabeira

Folhapress/Folha Imagem/AM Pires

Observe o trecho da música “O Bêbado e a equilibrista”. Lançada em 1979, tornou-se uma espécie de “hino” da luta pela anistia.

[...] Meu Brasil!...

Que sonha com a volta
Do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora!
A nossa Pátria
Mãe gentil
Choram Marias
E Clarisses
No solo do Brasil...

BLANC, Aldir; BOSCO, João. O bêbado e a equilibrista. Intérprete: Elis Regina. In: ELIS REGINA. **Essa Mulher**. [S.l.]: WEA Music, p1979. 1 LP. Faixa 2.

1. Você sabe o que é exílio político? Como isso se relaciona às perseguições políticas ocorridas durante a Ditadura Militar no Brasil?

2. A música fala de “Marias e Clarisses” chorando, no solo do Brasil, por tanta gente que partiu. Como isso se relaciona ao exílio de presos políticos em função das perseguições desencadeadas pela Ditadura Militar?

Em janeiro de 1979, uma revolução ocorrida no Irã, um dos maiores países exportadores de petróleo do mundo, elevou ao poder o aiatolá Khomeini, que passou a desenvolver uma política de oposição ao Ocidente. O fato desencadeou uma nova crise mundial do petróleo.

As taxas de juros no mercado internacional dispararam e os empréstimos externos escassearam. Para assegurar estabilidade econômica e evitar a recessão, o Ministro da Economia na época, Delfim Neto, cortou recursos destinados a empresas estatais, ocasionando também um declínio do setor privado.

O PIB – Produto Interno Bruto – brasileiro, pela primeira vez desde o final da década de 1940, registrou queda sucessiva entre 1981 e 1984. A taxa de inflação anual, que era de 40,8% no ano de 1978, chegou a 223,8% no final do ano de 1984.

O governo teve que recorrer ao FMI, que, em troca do socorro financeiro, exigiu uma reavaliação da política econômica interna para que o Brasil pudesse cumprir sua agenda de compromissos com a organização. Os salários foram comprimidos ainda mais. Esse quadro, associado às taxas crescentes de desemprego nas cidades, prejudicaram a classe trabalhadora.

Ao longo do ano de 1984, a economia brasileira voltou a se recuperar, mas a um alto preço: a dívida externa ultrapassava a cifra dos 100 bilhões de dólares, quase o dobro do montante existente em 1979, quando Figueiredo assumiu a Presidência.

•• O movimento pelas eleições diretas para Presidência

Ainda em 1979, foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Determinava, entre outras coisas, que as agremiações partidárias tivessem a palavra “Partido” em suas siglas. O MDB virou PMDB e a Arena mudou seu nome para Partido Democrático Social (PDS). Das diferenças ideológicas surgidas no interior de cada um desses partidos, desenvolveram-se outros.

Leonel Brizola, que saiu do PMDB, não obteve autorização para concorrer às eleições pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de inspiração varguista e que então ressurgia. Fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Tancredo Neves e outros adversários conservadores do regime se uniram em torno do Partido Popular (PP).

Em 1980, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), que trazia, em sua plataforma política, o projeto de uma profunda transformação social e buscava representar os interesses dos setores assalariados em geral, a chamada classe trabalhadora.

Em 1982, esses partidos disputaram eleições diretas municipais e estaduais. A oposição ao governo conseguiu eleger vários candidatos e uma onda de atentados

protagonizados pela Linha Dura se espalhou por todo o Brasil. No clima de abertura política que tomava conta do país, teve início o debate sobre a necessidade de que as próximas eleições para a Presidência da República, previstas para 1984, fossem diretas (voto popular), e não indiretas (votação feita apenas por congressistas). Essa proposta foi apresentada como uma emenda constitucional por Dante de Oliveira, deputado pelo PMDB do Mato Grosso, no dia 2 de março de 1983.



Abril Imagens/Ricardo Chaves

Grande movimentação pelas Diretas Já, próximo à Candelária, no centro do Rio de Janeiro, em abril de 1984. O comício atraiu 1 milhão de pessoas

No mês seguinte, o partido lançava a campanha Diretas Já, com o intuito de mobilizar a opinião pública para a necessidade de aprovação da emenda. O período transcorrido entre o final de 1983 e o início de 1984 foi marcado por uma série de manifestações ocorridas nas principais capitais brasileiras em favor das eleições diretas.

Organizados pelos partidos da oposição, os comícios em prol das Diretas Já contaram com a presença de trabalhadores, artistas, políticos, intelectuais e de muitos outros setores da sociedade, em episódios marcados por expressiva participação popular.

A ação da Linha Dura ainda tentou conter o processo de abertura, utilizando estratégias que beiravam o terrorismo. A mais grave delas ficou conhecida como o episódio do Riocentro. Em 30 de abril de 1981, no centro de convenções do Riocentro, milhares de jovens participavam de um festival de música quando uma bomba explodiu na casa de forças, e outra, no carro ocupado por dois militares, ferindo um e matando o outro.

A movimentação social persistiu, mas a emenda Dante de Oliveira não obteve a maioria necessária dos votos no Congresso. Ainda assim, 20 anos após o início da Ditadura Militar, o Brasil voltava a ter um presidente civil: Tancredo Neves e seu vice, José Sarney, foram eleitos pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos contra 180 do candidato do PDS (antiga Arena), Paulo Maluf. A eleição de Tancredo Neves foi um marco na história política do país.



Abril Imagem/Carlos Nardes

Tancredo, ao centro (de óculos) discursa no Colégio Eleitoral

Abril Imagens/Jorge Rosenberg



Após duas décadas de Ditadura, a morte de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil eleito pelo Congresso, arrefeceu o ânimo dos brasileiros, 1985

Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, mas não chegou a tomar posse. No dia 14 de março, véspera da posse, adoeceu e foi hospitalizado. Veio a falecer no dia 21 de abril de 1985. Embora não tenha chegado, de fato, a exercer o cargo de presidente, o contexto em que se deu sua eleição e o modo como seu sofrimento foi retratado pela mídia transformaram-no em uma espécie de herói nacional.

•• A inflação e o Plano Cruzado

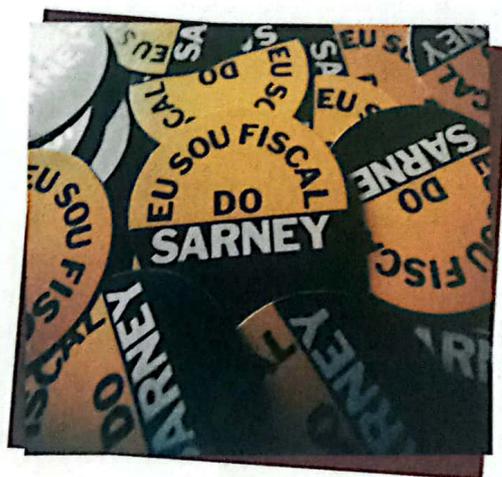
Com a morte de Tancredo Neves, o vice, José Sarney, assumiu a Presidência, defendendo a prioridade do social, a marca registrada do seu governo. No entanto, para se dedicar ao social, era necessário, antes, combater a crise econômica. O Brasil que Sarney assumiu ainda devia bastante para o FMI, mas tinha estabilizado suas exportações e estava com a balança comercial em equilíbrio. Os juros da dívida estavam sendo pagos, o que impedia que o valor do endividamento atingisse patamares ainda maiores. Mas a inflação ainda era galopante: chegou a mais de 235% em 1985.

Foi diante da necessidade de criar uma política econômica que controlasse a inflação e aumentasse o poder dos salários que, em 28 de fevereiro de 1986, José Sarney informava ao país a criação do Plano Cruzado, elaborado por Dílson Funaro, Ministro da Fazenda.

Dentre as principais características do plano, destacam-se:

- A substituição do Cruzeiro (a moeda então usada no Brasil) pelo Cruzado (cada mil cruzeiros valeria um cruzado).
- O congelamento do preço dos aluguéis por 12 meses.
- O congelamento dos preços e das taxas de câmbio por um prazo indeterminado.
- O reajuste do salário mínimo e a concessão de um abono salarial de 8%.
- O reajuste automático dos salários toda vez que a inflação atingisse a taxa de 20% (o gatilho salarial).

O Plano Cruzado provocou grande euforia entre as camadas populares, que foram convocadas pelo governo para ajudar a vigiar o reajuste dos preços: era como se todos fossem “fiscais do presidente”. Mas, passado o entusiasmo inicial, o Plano começou a dar sinais de enfraquecimento. Os comerciantes começaram a esconder mercadorias, forçando o aumento da procura da população por elas. Assim, podiam cobrar o aumento ilegal de preços, acima dos valores estabelecidos pela tabela.



Abril Imagens/Jorge Rosenberg

Bóton “Eu Sou Fiscal do Sarney”, de 1986

O aumento dos salários e o congelamento dos preços proporcionou uma “febre de consumo”, especialmente entre a classe média. O aumento do consumo motivou o reajuste dos preços e, com isso, a inflação voltou a crescer. Logo no início do plano, quando o Cruzado era ainda uma moeda forte, ampliaram-se as importações, prejudicando o equilíbrio da balança comercial e acentuando o endividamento externo. Diante disso, em 1987, o governo brasileiro decretou **moratória** ao FMI.

🔗 GLOSSÁRIO 🔗

Moratória: decisão de não se pagar uma dívida, suspensão de seu pagamento.

Outros planos econômicos se seguiram ao Plano Cruzado nos anos finais da década de 1980: o Plano Cruzado II, ainda em 1986; o Plano Bresser (abril de 1987) e o Plano Verão (de janeiro de 1989); mas nenhum deles conseguiu evitar que o índice inflacionário atingido no final do governo Sarney chegasse a aproximadamente 1800% ao ano!

Analise com atenção o texto a seguir.

Em todos os estados do país registraram-se não só manifestações de simpatia à coragem com que agora se enfrenta a inflação. No Rio de Janeiro, radicalizando até à selvageria o descontentamento popular contra comerciantes que remaravam seus preços covardemente, depredaram-se lojas. [...]

Porto Alegre, alertados por consumidores indignados, fiscais da Sunab puniram com uma multa de 27 milhões de cruzeiros, ou 27.000 cruzados, o presidente da Associação Gaúcha de Supermercados, Marcelo Zaffari, dono de treze supermercados na capital. Configurado o delito de remarcação de preços na filial do bairro Cidade Baixa, Zaffari foi vaiado, quando tentava explicar-se aos fiscais, pela multidão de clientes acotovelados entre as prateleiras.[...]

Na ânsia de reclamar, o povo não poupou nem mesmo o gabinete do ministro da Fazenda – onde o telefone 223-5859 tocou praticamente o dia todo, na sexta-feira, com queixas sobre violações ao decreto.

O INÍCIO de um governo. **Arquivo Veja**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_05031986.shtml>. Acesso em: 8 jan. 2013.

- Entreviste três pessoas que viveram na época do Plano Cruzado. Em folhas avulsas, registre o nome, idade, ocupação e o local em que moram. Anote as respostas dos entrevistados para cada questão (veja o modelo). Use os resultados da entrevista, como fonte para a produção de um texto dissertativo sobre o seguinte tema: "O impacto do Plano Cruzado no cotidiano da população brasileira".

NOME: ONDE MORR ATUALMENTE:	IDADE: OCUPAÇÃO:
1. O que você se lembra sobre os preços e os salários em 1985? Cite exemplos que ilustrem seu comentário.	3. Como era viver em um tempo em que os preços dos produtos estavam congelados?
2. Você se recorda do Plano Cruzado? Quais mudanças trouxe para a vida das pessoas?	4. Na vigência do plano, quais as principais dificuldades que você enfrentou para comprar os produtos de que necessitava?

A Constituição de 1988

Durante a redemocratização, a sociedade civil organizada cobrava do Congresso uma nova Constituição Federal. Uma Assembleia Nacional Constituinte foi formada e iniciou seus trabalhos no dia 1º de fevereiro de 1987. Em 5 de outubro de 1988, o texto constitucional foi promulgado. Apesar das críticas que recebeu e de todas as suas limitações, representou um marco histórico, um avanço com relação à extensão dos direitos sociais e políticos, especialmente no tocante às minorias.

Veja, a seguir, alguns dos avanços sociais e políticos da Constituição de 1988.

- O direito de voto foi estendido aos analfabetos.
 - Voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e maiores de 70 anos.
 - Licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de 5 dias (atualmente, há proposta de ampliação para 180 dias).
 - Mandato presidencial de quatro anos.
 - Direito à liberdade sindical e greve.
-
- Direitos das crianças e dos adolescentes (ampliado com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação específica promulgada em 1990).
 - Direitos trabalhistas estendidos a trabalhadores rurais e domésticos.
 - Seguro desemprego e abono de férias.
 - A jornada de trabalho passou de 48 para 44 horas semanais.
 - Aposentados passam a receber o 13º salário.
 - Férias remuneradas e com 1/3 de acréscimo ao salário.

•• O Brasil no contexto do neoliberalismo

O neoliberalismo se caracteriza pelo predomínio da economia de mercado e pela intervenção mínima do Estado na economia. Tal política é justificada como a estratégia contemporânea para estimular o desenvolvimento. Porém, traz sérias implicações sociais, que tendem a se gravar em países em desenvolvimento.

O Brasil está entre esses países. Com o término do período ditatorial, o país apresentava sérias carências sociais, demandas que necessitavam de uma atuação mais incisiva do Estado com os mais pobres. No plano econômico, o quadro era de uma altíssima inflação.



A intensificação da diferença entre ricos e pobres e a exclusão de um número maior de pessoas do acesso à riqueza é uma das consequências do neoliberalismo

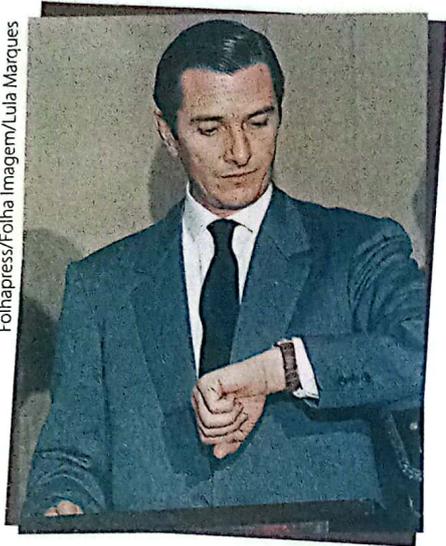
Fernando Collor venceu as eleições e assumiu um país tomado pela corrupção e pela inflação. Em seu curto governo (1990-1992), construiu as bases da instituição da política neoliberal, processo que teve continuidade durante os dois mandatos exercidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2003).

•• Fernando Collor e o impeachment

O governo Collor ficou também marcado por planos econômicos e por denúncias de corrupção. Zélia Cardoso de Mello, na época Ministra da Fazenda, sob a justificativa de livrar a economia da hiperinflação, criou o Plano de Reconstrução Nacional, conhecido como Plano Collor. Dentre as medidas extremas previstas nesse plano, destacam-se o confisco dos depósitos bancários por 18 meses e o congelamento de salários e preços.

Manifestação dos caras-pintadas. As denúncias de corrupção contra Collor foram acompanhadas de perto pelo movimento estudantil. Com as caras pintadas e nariz de palhaço, os jovens reivindicavam a saída de Collor da Presidência





Denúncias de corrupção e a pressão popular levaram o Congresso Nacional a votar o *impeachment* de Collor

A inflação foi, de imediato, controlada, mas o país passou a sofrer com a recessão. À crise econômica somou-se uma grave crise política: Collor, que já desfrutava de uma queda de popularidade e de pouco apoio no Congresso, passou a ser alvo de investigação por suspeita de gerenciar um esquema de corrupção e desvio de dinheiro público.

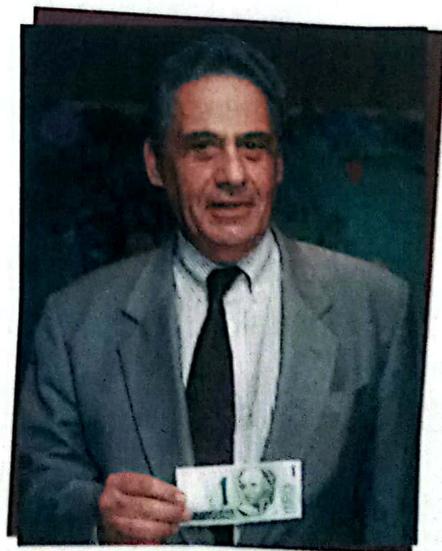
O sistema de corrupção instaurado na Presidência da República por Collor, com o auxílio do empresário e tesoureiro Paulo César Farias foi confirmado por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O escândalo ficou conhecido como Esquema PC Farias.

Um processo de *impeachment* (impedimento) contra Collor foi aberto pela Câmara dos Deputados, em outubro de 1992. Para evitar ser expulso da Presidência, Collor renunciou ao cargo de presidente em dezembro do mesmo ano, mas foi condenado pelo Senado a ter seus direitos políticos cassados e a permanecer inelegível por oito anos. O cargo de presidente da República foi então ocupado pelo seu vice, Itamar Franco, do PMDB.

•• A era FHC

Com a saída de Fernando Collor, Itamar Franco se viu diante da difícil missão de dar continuidade ao processo democrático e tentar estabilizar a economia. Uma das primeiras medidas tomadas por ele foi a convocação de um plebiscito para que a população fosse às urnas votar o tipo de governo que o Brasil deveria ter. Entre parlamentarismo, monarquia e presidencialismo, venceu o último.

Em 1992, o país vivia sob uma conjuntura de fatores desfavoráveis ao crescimento econômico e à geração de renda: a inflação, depois de um breve período de baixa, voltava a crescer. Foi quando Itamar Franco resolveu chamar para assumir a política econômica do governo o então Ministro das Relações Exteriores, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.



Plano Real: tentativa de reestruturar a economia do país

Considerando a inflação o maior entrave ao desenvolvimento das economias dos países da América Latina, Fernando Henrique Cardoso desenvolveu um plano para a reestruturação do poder de compra da moeda brasileira, criando o Plano Real e uma nova moeda para o país.

O Plano Real conseguiu afastar o país da ameaça da hiperinflação e trouxe a estabilidade econômica que há muito os brasileiros não sentiam. Esse foi um dos principais motivos da vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições para presidente de 1994.

Sob seu primeiro governo, a taxa de câmbio ficou supervalorizada, o que possibilitou uma equiparação entre o valor do real e do dólar, o que fortaleceu o mercado interno e tornou o país mais competitivo mundialmente.

Deu continuidade ao processo de instituição do neoliberalismo iniciado por Collor, privatizando empresas e serviços estatais, e diminuindo gastos do governo com o funcionalismo público, pois FHC defendia a necessidade de diminuir a influência do Estado na economia e de minimizar gastos desnecessários.

Apesar do sucesso na área econômica, o primeiro mandato de FHC foi criticado pela oposição por deixar a desejar quanto à área social. Mesmo assim, foi reeleito e deu início ao seu segundo mandato em 1999, vencendo o principal concorrente, Luiz Inácio "Lula" da Silva, do PT.

Porém, nesse mesmo ano, crises financeiras internacionais ocasionaram a primeira grande desvalorização do Real, fato que culminou no aumento dos juros e da dívida interna do país. Em 2000, os efeitos econômicos da crise já estavam mais ou menos contornados e o país voltava a apresentar níveis de estabilidade.

Dentre as realizações que marcaram a era FHC, podem ser destacadas: a criação da lei que permitiu a comercialização de medicamentos genéricos, a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (que tem por objetivo racionalizar o uso do dinheiro público em estados e municípios, evitando o endividamento com o governo federal e limitando os gastos com funcionalismo público) e a implementação da Bolsa Alimentação e do Vale Gás, no âmbito social.

O segundo mandato de FHC teve fim em 2003, com a eleição de Luiz Inácio "Lula" da Silva para a Presidência da República.

•• O governo Lula

Vinte e dois anos após a fundação do Partido dos Trabalhadores, o ex-torneiro mecânico e ex-líder sindical, Luiz Inácio "Lula" da Silva, atingiu o projeto que acalentava desde 1989: chegar à Presidência da República. Nas eleições de 2002, ele venceu

o economista José Serra, candidato pelo PSDB, com 61% dos votos.

A eleição de Lula foi um marco na história política brasileira: pela primeira vez, uma pessoa das camadas populares conquistava o posto de chefe do Executivo Nacional.

Tendo como principal lema de sua campanha o desenvolvimento social, propôs a criação de programas sociais e de fomento à

escolarização pública a fim de diminuir a pobreza e a degradação social a ela associada.

Em seu primeiro mandato, merecem destaque a criação de programas como o Fome Zero e o Programa Universidade para Todos (Prouni), por meio do qual o governo federal concede bolsas parciais ou totais de estudos a jovens interessados em ingressar em faculdades particulares. Sob seu governo foram aprimorados também alguns programas sociais já existentes – como o Bolsa Alimentação, que, reformulado, se transformou no Bolsa Família e criados incentivos fiscais para favorecer a entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Apesar das denúncias de corrupção contra pessoas ligadas ao seu governo e ao seu partido, sua popularidade se manteve como uma das mais altas entre todos os presidentes da República, e foi reeleito em 2006, com mais de 60% dos votos.

Em 1º de janeiro de 2011, Luiz Inácio “Lula” da Silva passou a faixa presidencial para outro representante do Partido dos Trabalhadores (PT): a economista Dilma Rousseff, que se tornou a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil.

Tendo como lema de governo o *slogan* “País rico é país sem pobreza”, Dilma Rousseff assumiu o controle político do país, tendo como principais desafios dar continuidade à política de erradicação da miséria, um dos principais pilares do governo de Lula, conduzir os rumos da economia nacional em meio a um contexto internacional permeado pela crise, e alavancar o processo de crescimento investindo, sobretudo, em educação, saúde e infraestrutura.



Luiz Inácio “Lula” da Silva, presidente do Brasil de 2003 a 2010

LatinStock/Paulo Whitaker



Foto oficial da presidente Dilma Rousseff no Palácio da Alvorada, em janeiro de 2011.

Agência Brasil/Roberto Stuckert Filho

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tarso. A criação do mundo. In: **Superinteressante**. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/religiao/criacao-mundo-447670.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2012.

ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas histórico básico**. 17 ed. 6 reimp. São Paulo: Ática, 2002.

BANCO Central do Brasil. In: GERAB, William Jorge; ROSSI, Waldemar. **Indústria e trabalho no Brasil**. Limites e desafios. 6 ed. São Paulo: Atual, p. 53.

BLANC, Aldir; BOSCO, João. **O bêbado e a equilibrista**. Intérprete: Elis Regina. In: ELIS REGINA. *Essa Mulher*. [S.l.]: WEA Music. p1979. 1 LP. Faixa 2.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação africanidades Brasil**. Brasília: UNB, 2006.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm> Acesso em: 25 set. 2012.

PRIORE, Mary Del. Os sons e a gente da capital colonial. **Superinteressante**. São Paulo, Abril Cultural. Edição n. 251, abril 2008. p. 67.

DEPOIMENTO de Samuel Lopes. In: **Museu da Pessoa**. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=11293&key=6054&forward=HOME_DEPOIMENTO_VER_GERAL&tipo=&pager.offset=1>. Acesso em: 19 set. 2012.

ESTRELLA, Sylvia. **Quantas línguas indígenas se falam no Brasil?**. Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/linguas-indigenas1.htm>>. Acesso em: 25 maio 2012.

GAZETA PARANAENSE ORGAM DO PARTIDO CONSERVADOR. Paraná, Curityba, Sabbado, 17 de março de 1883, anúncios, n. 246, p. 4. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

_____. Paraná, Curityba, Sabbado, 12 de agosto de 1882, anúncios, n.216, p. 4. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

IBGE. **Resultados preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/ibge-atualiza-dados-do-censo-e-diz-que-brasil-tem-190755799-habitantes.html>>. Acesso em: 24 maio 2012.

LOBO, Andréa Maria Carneiro; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **São José dos Pinhais**: uma história para ser ensinada. São José dos Pinhais: Artes Gráficas e Editora Amaro, 1996.

LOBO, Haroldo; PINTO, Marino. **Retrato do velho**. 1950.

LOPEZ, Luis Roberto. **História do Brasil colonial**. 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BERTOLLI FILHO, Claudio. **Revolta da vacina**. São Paulo: Ática, 1995. p. 37. (Guerras e Revoluções Brasileiras).

MELLO, Márcia Eliane A. Souza e. A Reconquista da liberdade. In: FIGUEIREDO, Luciano. **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. (Revista de História no Bolso).

NETO, Maugeri. **Varre, varre, vassourinha**. 1959. Disponível em: <<http://www.propagandasantigas.com/search?x=0&y=0&q=j%C3%A2nio+quadros>>. Acesso em: 29 set. 2012.

O INÍCIO de um governo. In: **Arquivo Veja**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_05031986.shtml>. Acesso em: 8 jan. 2013.

PATAXÓ, David. **O que é ser índio**. Disponível em: <http://www.indiosonline.net/o_que_e_ser_indio/>. Acesso em: 9 set. 2012.

PESSOA, Fernando. **Mar Português**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/pe000004.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

PINTO, Virgilio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX". In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Virgilio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 135.

SUCUPIRA, Fernanda. **Trabalho é mais acessível para mulheres, mas em piores condições**. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2107>>. Acesso em: 24 set. 2012.

TERRAS Indígenas do Brasil. **FUNAI**. Disponível em: <<http://mapas2.funai.gov.br/i3geo/interface/openlayers.htm?a0bbaac8ee2f7c048d4ea489378a0149>>. Acesso em: 29 set. 2012.

VANDRÉ, Geraldo. Pra não dizer que não falei das flores. Intérprete: Geraldo Vandré. In: _____. **Discoteca Brasileira do Século XX**: Anos 60. Rio de Janeiro: SESC Rio. p2007. 1 CD. Faixa 13.